

A DROGA DE BOCA EM BOCA: O PAPEL DOS PRECONCEITOS E DAS NARRATIVAS NA RETÓRICA DA REJEIÇÃO

MARIA ZARA SIMÕES PINTO COELHO *

RESUMO

No âmbito de um programa de investigação que visa aprofundar o conhecimento sobre as relações entre Discurso sobre droga e o exercício de várias formas de dominação sobre grupos de consumidores, defende-se neste artigo que a fala do dia à dia tem um papel crucial na consolidação e na reprodução persuasiva de preconceitos sobre consumidores, preconceitos esses que são efeitos e simultaneamente possibilitam o exercício da dominação. Com base no conhecimento produzido pela análise Crítica do Discurso sobre o funcionamento do «discurso da Diferença», mostramos como esses preconceitos enviesam a leitura de experiências pessoais com consumidores narradas nas conversas e emprestam às narrativas a consensualidade necessária à sua força persuasiva. Defendemos também que as histórias que circulam de boca em boca sobre consumidores podem funcionar como um mecanismo argumentativo ideológico crucial na reprodução e justificação da distinção e da rejeição dos consumidores, contribuindo assim, indiretamente, para a manutenção da sua posição subordinada.

Neste artigo apresentamos alguns resultados de uma investigação em curso no departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho onde se faz de uma forma específica do Discurso sobre Droga, a saber, a Fala sobre consumidores-toxicodependentes produzida no seio da «população em geral», em situações do dia a dia, de interação verbal face a face, o principal objecto de análise, material de análise e método de análise.¹ A investigação em causa inscreve-se na abordagem *crítica* da

* Assistente do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. E-mail: zara@ics.uminho.pt.

¹ Sem o apoio financeiro do Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho e do Projecto Vida, Núcleo de Braga, esta investigação não teria sido possível: os nossos

Análise do Discurso no sentido em que tenta tornar explícita a forma como relações de poder assimétricas entre grupos se estabelecem e operam no interior da fala (van Dijk 1993; Fairclough e Wodak 1995).² Visa, entre outras coisas, evidenciar os modos como se fala no seio da «população em geral» sobre consumidores-toxicodependentes e sobre as relações entre a população e esses grupos. Propõe-se assim fazer um trabalho de identificação das estruturas e estratégias linguísticas e discursivas que os falantes usam para comunicarem as suas experiências com, e crenças e opiniões sobre consumidores de droga em contextos específicos. Outro dos objectivos consiste em mostrar as relações entre o dito e o modo como é dito, com representações socialmente partilhadas, explicitando os conteúdos, estruturas e estratégias da expressão pessoal e contextual dessas representações. Por último, pretende explorar a questão da influência constitutiva mútua entre a fala e as representações sociais nela accionadas e os contextos da sua produção, tanto no plano interaccional e comunicacional, como relativamente à situação social, política, ideológica e discursiva mais ampla, nomeadamente em termos de conflitos intergrupais e de relações de poder envolvidas.

A hipótese que serve de ponto de partida ao trabalho de análise da fala é a seguinte: a linguagem comum e o discurso informal sobre consumidores de droga/toxicodependentes conta com uma série de estratégias e de procedimentos linguísticos que contribuem para a manutenção da dominação social e cultural da dita «população em geral» e de vários tipos de elites e de instituições, deslegitimando simultaneamente a participação e existência na sociedade de grupos adeptos de consumos alternativos de drogas psicoactivas, e impondo deles uma imagem estereotipada, geradora de descrédito e de isolamento.

O texto que se segue pretende ilustrar o tipo de trabalho que estamos a desenvolver nessa investigação. A partir dos dados que dispomos iremos mostrar algumas das estratégias argumentativas e procedimentos discursivos usados pelos locutores de uma forma recorrente, que podem ter um papel crucial na consolidação de imagens negativas dos consumidores e de preconceitos; reflectindo simultaneamente a ambiguidade da posição normativa dominante (rejeição e inclusão), bem como a aparente contradição entre o discurso legítimo (parte do) e práticas sociais de opressão,

agradecimentos. Aos Professores e amigos Moisés Martins, Albertino Gonçalves, Vaz Pato e ao Dr. Edmundo Cordeiro devemos o apoio, a disponibilidade, as ideias e o tempo emprestados ao lançamento do projecto. Agradecemos também a colaboração dos estudantes da Universidade do Minho dos cursos de Sociologia das Organizações e de Comunicação Social que tiveram o trabalho de realizar as entrevistas e de fazer a sua transcrição.

² No âmbito do doutoramento estamos a desenvolver uma análise crítica do discurso das campanhas anti-droga. A esse propósito ver Coelho (1998).

discriminação e de exclusão, dirigidas a indivíduos por causa das suas preferências em matéria de usos de drogas e alegados modos de vida.

Os dados

Os discursos que constituem o nosso material de análise foram produzidos em entrevistas onde se procurou que os seleccionados (homens e mulheres) falassem sobre as suas experiências com, e opiniões sobre consumidores de droga o mais informalmente possível, numa tentativa de aproximação da situação da entrevista com a das conversas casuais quotidianas que se travam com estranha/os.³ Escolheu-se como tópico de introdução a questão genérica das «mudanças ocorridas na cidade de Braga nos últimos anos», e as opiniões e experiências dos falantes a respeito do assunto. A maior parte dos entrevistados introduziu espontaneamente o tópico «droga» e «gente que anda na droga» depois de ter começado a falar nos aspectos negativos da mudança. Procuramos seguir a fala espontânea embora tivéssemos a preocupação de obter informação sobre um conjunto de tópicos específicos.⁴ Regra geral, os entrevistados abordaram esses tópicos de uma forma voluntária. Toda a informação produzida nas entrevistas relativa aos nossos pontos de interesse foi seleccionada, e está a ser analisada em detalhe.

Importa deixar claro que estamos conscientes das diferenças entre conversas naturais sobre consumidores de droga e a gravação de conversas. A situação «artificial» da entrevista pode levar o falante a ser cauteloso na expressão das suas opiniões e a dar justificações para as mesmas, o que poderia não ocorrer na fala espontânea produzida, por exemplo, no seio da família ou entre amigos. Além disso é provável que o faça recorrendo a

³ As entrevistas ocorreram durante os meses de Maio e Junho de 1998. Por razões de ordem prática foram seleccionados 36 indivíduos residentes na cidade de Braga, parte da rede alargada de conhecidos da equipa de entrevistadores. Pretendeu-se conseguir a maior variação possível em termos de Idade, Sexo, e de Instrução. As entrevistas tiveram lugar em espaços e ocasiões escolhidas pelos seleccionados e foram gravadas, ficando garantido o anonimato das entrevistas e da informação obtida. Uma equipa formada por seis estudantes da Universidade do Minho da área das ciências sociais fez o trabalho de realização das entrevistas; várias sessões de instrução e de discussão precederam a realização concreta das mesmas. Coube-lhe também o trabalho de transcrição integral das gravações, não tendo sido no entanto seguidas as convenções de transcrição detalhadas habituais na análise da conversação.

⁴ Esse esquema organizado em torno de palavras chaves (*drogas e uso de drogas, problema da droga e políticas, consumidores de droga e fontes de informação e de opinião sobre consumidores*), garantiu a possibilidade de uma comparação mínima dos dados recolhidos. Facilitou também a memorização uma vez que os entrevistadores foram instruídos para não usarem notas ou lerem questões.

discursos ideológicos e a preconceitos mais facilmente aceites entre os grupos alvo da investigação. Como se trata de um campo em que predomina em larga medida um determinado modelo de discurso, polarizado (rejeição/inclusão) e, ao mesmo tempo, contraditório e ambíguo (repressivo-humanitário, liberal), podem-se levantar algumas dúvidas sobre a honestidade das opiniões proferidas e sobre a veracidade dos eventos relatados; por outro lado, a produção de respostas socialmente aceitáveis não acontece só em entrevistas informais mas também na fala quotidiana, quando o tema é delicado e o interlocutor desconhecido. A nossa preocupação foi precisamente aproximar o mais possível as entrevistas desse tipo de situação informal, e um dos objectivos do trabalho é verificar se os falantes aderem ou não a normas dominantes, e como o fazem na interacção verbal situada.

A relevância da fala

A discriminação linguística prepara o terreno para outras formas de discriminação

LAKOFF, 1990: 120.

Dados os graves problemas sociais e humanitários associados com as práticas de uso e de venda de drogas ilegais em contextos repressivos, e a ansiedade colectiva que acompanha o combate à droga, parece provável a interrogação sobre o interesse ou a utilidade e mesmo a pertinência de uma investigação em torno das conversas do dia à dia sobre «consumidores de droga».

Afinal de contas são só palavras e há o vento...

Comecemos pela palavra escolhida para descrever os indivíduos que usam (também) drogas de acesso proibido e punido por lei. A quem nos referimos quando usamos o termo «consumidores»? que conceito simboliza esse rótulo? Embora a categoria «consumidores de droga» seja uma categoria prevista na lei, circulam no discurso público estereótipos e termos linguísticos que excluem possíveis similitudes entre «o consumidor de droga» e o «consumidor comum», ambos consumidores de imagens e emoções, ora de uma forma controlada, ora de uma forma compulsiva. Os estereótipos dominantes estão em sintonia com a classificação oficial do consumidor de droga em termos de delinquente-dependente, traduzida na linguagem do senso comum por termos ou expressões derogatórias (e.g. «drogado», «anda na droga»). No discurso mediático sobre o assunto (Gonçalves e Coelho 1992; Fernandes 1995) encontramos em dominância os mesmos modos de falar e as mesmas reduções simplistas: ou é «dro-

gado», ou então simplesmente não é, não existe, não é um facto.⁵ Por sua vez na estatística oficial da droga contam apenas casos publicamente identificados segundo os estatutos previstos para os envolvidos nas práticas de uso de drogas ilegais, ou seja, consumidores encarcerados ou em terapia. É na observação dessa pequena minoria de consumidores que o essencial do conhecimento científico produzido sobre drogas assenta, o que significa que, consciente ou inconscientemente, se favorecem certas interpretações e vocabulários em detrimento de outros.

A quem nos referimos quando usamos o termo «população em geral»? quais os traços que distinguem «a população em geral» dos consumidores-toxicodependentes? tudo-e-nada, a naturalidade, a normalidade, a abstinência, a autenticidade? não há um conceito ideológico que una essa população, a não ser uma definição negativa como uma «colectividade livre de droga». Mas de que drogas? Na verdade falar sobre **droga** é já dar como certo que as drogas da «população em geral» não são «droga» e que quem faz uso da mesma não é a população, não somos «nós», são Os outros.

Quais os traços que supostamente distinguem O outro? Questão tanto mais pertinente quanto se trata de uma categoria social invisível e fluída; que não se expressa necessariamente e involuntariamente na aparência ou no aspecto físico; em que é difícil traçar uma linha entre uso casual e «adição» (Lenson 1995); entre consumidores de droga e fumadores de tabaco; quando um indivíduo que usa heroína pode ter a aparência de um cidadão vulgar e funcionar tão bem como ele, mas tem um segredo que desvaloriza tudo o que de bom possa fazer no mundo. O papel dos este-reótipos é precisamente esse, o de tornar o invisível visível, separar e distinguir o que na realidade é fluído e mais próximo da norma do que o sistema de valores dominantes gostaria de admitir (Dyer 1993). Como fazemos a distinção na linguagem do dia à dia? com que fins?

Também em matérias de drogas poderá ser produtiva uma abordagem em termos discursivos. As palavras por si só nunca mataram ninguém, é certo, mas ditas no contexto certo por alguém de direito podem ter efeitos mortais. A decisão governamental de criminalizar o consumo, por si só, são só palavras mas de facto pode ter consequências mortais para todos nós. As histórias sobre droga que se contam no dia à dia, que ouvimos na televisão, são só palavras, mas no contexto repressivo em que se vive «a droga» ilustram, tornam possível e perpetuam preconceitos que racionalizam os

⁵ Ainda que o termo «drogado» tenda a ser substituído pelo termo «toxicodependente» pelo menos numa certa camada social da população mais instruída e, por isso, mais preocupada em salvar a face, é possível ainda encontrar em jornais de qualidade e de referência títulos do género: «Mais emprego para ex-viciados» (*Público*, 4 de Novembro de 1998, pp. 26); «Ex-drogados têm emprego subsidiado» (*Expresso*, 10 de Outubro de 1998, pp. 18).

nossos medos exagerados do Outro como Outro; nessa medida, podem servir para justificar práticas discriminatórias simbólicas e materiais, incluindo o evitamento do simples contacto físico com indivíduos identificados como pertencendo «ao grupo dos drogados» (Herzfeld 1992; Robertson e Zinberg 1972). Na verdade, o modo como somos tratados na representação faz parte do modo como somos tratados nas práticas do dia à dia, incluindo nas discursivas. Se aquilo que «toda a gente sabe e diz» sobre «eles» pode servir como argumento para justificar a opressão material e simbólica continuada de um certo grupo de indivíduos com base nas suas alegadas práticas negativas e portadoras de morte, é razão suficiente para que a articulação do conhecimento e de avaliações sociais na fala quotidiana mereça ser estudada de um ponto de vista crítico, se partilharmos os valores da diversidade, da tolerância sócio-cultural e da justiça social. O poder das normas e da opinião pública para inibir a escolha individual e acção tem sido considerado ao longo dos tempos uma arma poderosa de controle social; Mills fala a esse propósito da «tirania da opinião maioritária» e Locke da «lei da opinião ou da reputação» que deixa poucas possibilidades de escape ao indivíduo que assim se torna sujeito (Hindess 1996). Dado que o discurso público dominante sobre consumidores de droga tem uma natureza essencialmente negativa, mais ou menos aberta, e na sua base uma configuração intergrupala profundamente desigual em termos de acesso a posições de poder, é provável, em termos sociológicos, que a estigmatização funcione, ou seja, que o grupo menos poderoso integre a imagem negativa e fique assim desarmado e enfraquecido (Elias 1994).⁶ Quer isto dizer que a discriminação verbal e os preconceitos que estão na sua base podem ter efeitos paralisantes em grupos inferiores em termos de poder e de estatuto, como é o caso dos indivíduos que usam drogas ilegais enquanto grupo.

A questão a explorar não é a de averiguar qual dos dois lados está certo ou errado. Importa olhar para a história e saber quais as características estruturais que tornam possível e simultaneamente servem a perpetuar o profundo desequilíbrio de poder entre aqueles que se habituaram a integrar em «nós», em oposição a um grupo que identificam como sendo «eles»: consumidores-toxicodependentes-drogados.

⁶ Herzfeld mostra como a possibilidade de fabricar regras contrárias e de se divertir pode ter pior resultado e como preço uma marginalização acelerada; defende que a resistência por ironia não dá poder aos fracos, apenas uma satisfação moral e não uma mudança das condições materiais aos quais os poderosos deram valor (Herzfeld 1991).

Uma leitura histórica do contexto sócio-político da fala

O confronto com universos simbólicos distintos implica um problema de poder, a saber, qual das definições da realidade em conflito ficará «fixada» na sociedade.

BERGER e LUCKMAN, 1998: 148.

Várias reavaliações históricas do modo como determinadas drogas acabaram por ser percebidas como fontes de problemas para o indivíduo e sociedade mostram como a atribuição de perigosidade a certas substâncias psicoactivas e o surgimento, em determinados momentos, de políticas particulares para o controle do seu uso e venda, não se relacionam simplesmente com um potencial de males associados a uma certa substância ou com preocupações de saúde pública. A literatura evidencia que uma das influências decisivas na definição de um conjunto de drogas como drogas perigosas, nos medos gerados em seu torno, e na justificação do controle do acesso a essas substâncias têm sido as percepções do consumidor/dependente típico, e do modo como é suposto usar as drogas da sua preferência.

A evolução das carreiras públicas nos U.S.A. do ópio (Duster 1970, Dumont 1970; Perrin 1993), da cocaína (Cloyd 1982), e da marijuana (Himmelstein 1983; Kaplan 1970) são exemplos de como na compreensão histórica do uso e dos efeitos de certas substâncias se fundiram os defeitos atribuídos ao Outro, socialmente, culturalmente e moralmente diferente e desviante- O outro pobre trabalhador, O outro étnico, O outro jovem adepto da «cultura do abuso»- com os efeitos da substância supostamente usada por todos os elementos desse grupo. O caso da marijuana é exemplar: nos anos 30, nos USA, as campanhas de Anslinger ⁷ contra a marijuana «erva assassina» e «destruidora dos jovens» exploraram os medos da classe média branca de meia idade face ao homem jovem trabalhador mexicano ou negro, e face a outros elementos das classes trabalhadoras percebidos como sendo criminosos e violentos; quando, nos meados dos anos 60, se começou a tornar público o uso da marijuana entre a juventude da classe média, e se iniciou a contra-propaganda promovida por peritos respeitáveis suscitando o interesse de várias organizações e de grupos pela questão, a marijuana foi redefinida como «drop out drug» e os seus consumidores

⁷ São legendários os esforços de propaganda feitos por este arquétipo do «entrepeneur moral» e pelo seu «Federal Bureau of Narcotics» durante cerca de 30 anos (1930-1960) para difundir a visão da «adição narcótica» como um problema criminal, do «adicto» como um degenerado moral, e dos USA como estando na vanguarda da luta contra os demónios do tráfico internacional.

como sofrendo do «síndrome amotivacional» (Goode 1993), dada a imagem pública dominante da chamada contracultura.⁸ Assim, os efeitos da marijuana que tinham sido definidos como uma preocupação de segurança pública nos anos 30, foram retraduzidos nos meados dos anos 60 para uma preocupação de saúde pública, com consequências em termos de mudança de leis, e de reorganização das agências de controle (Cloyd op. cit.). Não será por acaso que ainda hoje a marijuana (Joel 1971) continua a ser a substância eleita pela contrapropaganda organizada, e que no debate tenha entrada a ideia da «marijuana como medicamento proibido» (Grinspoon e Bakalar 1997); que a «crise do crack» dos anos 80 nos USA foi construída em termos de «ondas de pecado codificado racialmente» (Reeves e Campbell 1994; Reinarman e Levine 1995). Apesar do poliuso/politoxicod dependências de drogas ser uma tendência dominante actualmente, também parece ser real a proliferação de usos descontrolados de drogas duras em espaços urbanos, social e materialmente desfavorecidos, sendo mais difuso, em termos sociais, o consumo das chamadas drogas leves onde se inclui a marijuana. Não queremos com isto dizer que a secção mais anómica dos grupos de consumidores de drogas ilegais não inclua também elementos de formações sociais mais favorecidas em termos materiais e simbólicos. No entanto, na atenção e acções públicas em matéria de combate à droga, os preconceitos de classe, de raça (Helmer 1975; Musto 1973) e de idade têm tido também efeitos devastadores.⁹

A investigação sociológica que faz uso dos conceitos de «cruzada moral» (Gusfield 1963, 1981) e de «pânico moral» (Cohen 1982; Ben-Yehuda 1994) leva-nos também a concluir que a criação de um novo símbolo, a droga, de um novo anti-herói, o drogado degenerado, e de uma nova anti-cultura, a cultura da droga, responderam a projectos políticos, ideológicos, profissionais, económicos, morais e disciplinares mais profundos. Entre eles, a regulação da sexualidade, da família e da saúde, o policiamento de fronteiras de classes e de etnias, interesses económicos e/ou simbólicos de classes profissionais envolvidas ou não na regulação das drogas, interesses burocráticos, interesses de Estados e da indústria

⁸ O slogan de Leary «tune in, turn on and drop out». é visto por alguns como o espelho da chamada contra-cultura, que o hippie imoral, amotivado e com tendências de esquerdista encarna.

⁹ Uma leitura atenta do perfil da população prisional portuguesa detida por crimes directa ou indirectamente relacionados com drogas nos últimos anos aponta no mesmo sentido (Valentim 1997). A publicação do ex. Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga intitulada *Droga Sumários de informação estatística* permite conhecer as características demográficas dessa população prisional. Ver a propósito o artigo «A desigualdade na administração da justiça pode ser socialmente explosiva», *Público*, 22 de Novembro de 1998, pp. 10.

farmacêutica. Também se sabe que o conhecimento científico sobre uso de drogas (e.g. opiáceos) e consumidores de drogas, articulado em diversos tipos de discursos, nomeadamente no discurso médico e da saúde pública, não tem sido imune a essas influências (Harding 1998; Lart 1998).

Perceber o que se passou e tem passado ao nível internacional em matéria de regulação das drogas e dos consumidores, é tanto mais importante quanto se sabe já que, em Portugal, as grandes mudanças introduzidas na política de combate (e.g. 1982, 1987, 1993), tanto em termos legais, como em termos organizacionais, foram influenciadas pela evolução da política internacional proibicionista (Poiares 1993). No entanto, como mostra Cândido Agra (1993), motivos de natureza de política nacional e razões circunstanciais estiveram na base da construção em Portugal de um problema público em torno das drogas ilegais nos meados dos anos 70. Para isso foi crucial (também no nosso país) a promoção de campanhas mediáticas¹⁰ através das quais os poderes oficiais procuraram introduzir no discurso público a ideia de «droga-problema de todos que é preciso resolver». Agra identifica claramente os «mecanismos de amplificação» (Cohen op. cit.) presentes nessas campanhas que conduzem a uma representação do uso de drogas ilegais (e apenas estas) em termos de tudo ou nada, de morte ou de vida, de descontrolo total e de insanidade mental que ameaça, tal como um vírus, toda a população, em especial jovens indefesos, e face ao qual se impõe uma luta colectiva no sentido de recuperar a sociabilidade.

Importa lembrar que no momento pós-revolução em que foi lançado «O Flagelo da Liamba» regressavam a Portugal milhares de famílias das ex-colónias vulgarmente designadas sob o nome de «retornados». Este regresso foi visto por muitos cidadãos como uma ameaça de natureza sócio-económica, e também como uma ameaça sócio-cultural, motivada, entre outras coisas, pelos «estranhos hábitos dos retornados», como por exemplo, o uso de liamba. Ainda hoje na memória de muitos portugueses permanece a crença que «a droga» foi trazida pelos retornados, e que este mal tem sido alimentado por «outros que vêm de fora», incluindo O outro étnico (e.g. africanos, paquistaneses, indianos, ciganos). Uma leitura atenta dos textos legais fundadores das agências de combate permite-nos ver como com a institucionalização do «problema da droga» se criaram distinções, e se definiu uma hierarquia de vectores do mal de natureza claramente preconceituada e discriminatória. Essa institucionalização inscreveu-se numa lógica de epidemia que se traduziu na delimitação de fronteiras entre a «população em geral», construída como aliada das auto-

¹⁰ Os slogans das campanhas foram «Droga Loucura e Morte» em 1973 e «O Flagelo da Liamba» em 1975.

ridades no «combate à droga», e outras populações, identificadas como fontes da epidemia a exigir especial atenção: «extra vigilância para pobres, rufiões, vadios, jogadores» dada a sua predisposição para o crime de tráfico e consumo de droga» (D.L. 791/76); «punição e apoio para o consumidor de droga» definido como sendo um «infractor que tendencialmente se transmuta num doente» na medida em que o uso ilícito de droga conduz a um «enfraquecimento e até a uma escravização da vontade» (D.L. 791/76); «os retornados» apontados como um das «causas do súbito agravamento do fenómeno» (D.L. 791/76); «a juventude» definida como uma «população em alto risco» a requer neutralização e protecção (D.L. 792/76).

A metáfora do «combate à droga», que fez aqui a sua entrada no discurso público português pela voz oficial, é um poderoso instigador de distinções e de polarizações do tipo «nós...eles», em especial quando se identificam grupos de pessoas, e não situações, como inimigos, contra uma categoria de aliança entre as autoridades e a «população em geral». ¹¹ O uso da metáfora do combate e a identificação de inimigos concretos, facilitada pela associação entre os vocábulos «droga (droga-doença, droga-crime), consumidor de droga, tráfico e problema» com grupos sociais desfavorecidos, de baixo estatuto, já estigmatizados e marginalizados revela que logo no início do combate o aspecto colectivo é predominante; e, nessa medida, propício à criação de conflitos intergrupais e de imaginários na procura de bodes expiatórios (Fabre 1993; Moscovici 1993). Não obstante o facto de conceitos como o de flagelo, e o conceito de epidemia tornarem possível a crença num risco partilhado por todos, e a crença em vítimas potenciais. Também convém salientar o poder da designação de inimigos concretos em termos de obtenção de apoio social para a causa do combate. Quando foi lançado o combate à droga, o público em geral estava pouco sensibilizado e consciente das práticas sociais de consumo de drogas ilegais, tendo estas pouca relevância para as suas experiências diárias e interesses. A deslocação do consumo de drogas para uma arena habitada por classes baixas, o mundo do crime, «retornados», prostituição, e «jovens revolucionários», grupos em relação aos quais já existiam sentimentos morais fortes associados, pode ter facilitado a identificação pública com a causa do combate através da condensação simbólica entre diferença e desvio. Reduziu seguramente a possibilidade de oposição por parte dos inimigos designados, dada a sua óbvia falta de poder. Mesmo em termos de consumidores, quem quer que fossem, estavam desorganizados, impotentes e sem bases legítimas públicas para defesa.

¹¹ A expressão «combate à droga» é um legado americano: Nixon introduziu a metáfora «war on drugs» em 1973, e também a da «droga como inimigo público número um», usada pelo partido socialista português na sua campanha para as legislativas de 1995.

É nesse momento histórico que «o grupo dos psi» assume a liderança do tratamento na área da droga, tendo sido iniciada a produção de um saber técnico e terapêutico que introduz no discurso oficial conceitos como o de «toxicomania», e com ele conceitos clássicos como o conceito de «dependência física» e o de «dependência psicológica». Para além do tratamento da «população toxicómana» tendo em vista a sua «desintoxicação», ao grupo psi da regulação das drogas é atribuído o poder de construir a tomada de consciência pública da existência de uma «população em risco», e da necessidade de «atacar o problema a montante», ou seja, da necessidade da «população em geral» se defender ou prevenir. Nesse quadro decidem-se um conjunto de práticas «preventivas» através das quais se articula e se objectiva o uso de drogas como uma doença bio-psico-social, os consumidores como toxicómanos e se chama a «população em geral» a colocar-se em «vigilância». Agra, no seu estudo sobre a formação dos «dispositivos da droga», mostra como a definição de toxicomania proposta, de base psicanalítica, racionaliza o modelo institucional, político e legal da droga como um problema psicopatológico e de ordem pública. Isto sugere que, apesar das respectivas diferenças, há uma unidade fundamental que está na base e faz funcionar em aliança os esquemas de transformação (Foucault 1994) escolhidos pelo o actor político central, a saber, a adesão aos ideais normativos da abstinência e da irradicação em matéria de drogas com um estatuto ilegal, e um objectivo comum, a promoção e imposição do princípio do interdito. É no interior desse regime disciplinar que as práticas não convencionais de uso de drogas são construídas negativamente e servem para demarcar os indivíduos que nelas participam como constituindo uma categoria aparte da «população em geral», a ser alvo de sanções penais e de regulação terapêutica.

Dos anos 70 até hoje os sucessivos governos mantiveram inalterada a decisão de intervir para controlar o acesso a substâncias classificadas, bem como permaneceu constante o consenso ideológico básico que sustenta a posição de combate, tanto ao nível político, como nos planos institucional, profissional e semi-profissional. Isto quer dizer que o ideal da abstinência em matéria de drogas ilegais continua a ser dominante em termos de retórica oficial, embora na prática se tenham implementado, a muito custo e já tardiamente (1992), alguns programas de redução de riscos, como a troca de agulhas e de seringas. Garantir a saúde de quem continua a usar as drogas da sua preferência mesmo depois de avisado, nunca parece ter sido prioridade no combate à droga português; e os poucos passos dados nesse sentido foram sempre alvo de críticas e de resistências, suscitando argumentos do tipo «a opinião pública opõe-se», «o Estado não pode dar o mau exemplo». Mesmo nos anos 80, com o advento do vírus HIV/Sida, o acesso mais facilitado à heroína e o aumento do seu uso intravenoso, existindo o risco da difusão da infecção no seio dos adeptos desse modo de

ingestão, e o risco da sua extensão para a população em geral, a opção governamental foi clara: saúde sim, mas na condição de assumirem o papel de toxicodependentes-doentes-em-recuperação. Importa no entanto sublinhar a contradição que tem sido uma constante no combate à droga entre o ênfase discursivo dado à questão do tratamento e da prevenção, e a alocação de recursos para essas áreas. Sabe-se que é só a partir de 1992 que o investimento no combate começa a ser significativo (e tem vindo a subir ao longo dos anos), crescendo em paralelo o número de serviços médico-sanitários e o número de clientes; já é possível saber também que ao longo dos anos a grande fatia dos dinheiros públicos destinados ao combate à droga tem sido aplicada em mecanismos coercivos, ou seja, na repressão de comportamentos.¹²

Não será por acaso que no corrente ano surgiu pela primeira vez uma associação de toxicodependentes, e que a mesma teve direito a cobertura jornalística por parte da «imprensa de referência». A publicitação da associação acompanhou a entrada de novas regras no plano terapêutico, no plano de assistência social, dos serviços e de uma remodelação organizacional no combate à droga,¹³ sustentada por uma retórica de apelo à luta contra o preconceito, à necessidade de fundamentar as decisões políticas no saber da ciência, e a um maior humanitarismo¹⁴. Esta retórica da benevolência e da objectividade contrasta de facto com o que tem sido a tendência dominante em termos do debate (quase incipiente) público alargado sobre a política de controle das drogas, estruturado em dominância em termos de «lei e ordem», e sustentado pelos argumentos dos números, da insegurança, e do crime. Estes mesmos argumentos, numa lógica do insucesso do combate, servem agora para reforçar o controle terapêutico dos consumidores, e se pôr na mesa a hipótese de punir o consumo com penas alternativas à prisão.¹⁵ Foi nesse ambiente político e discursivo mais favorável que ouvimos falar de uma «Associação de Doentes Toxicodependentes em

¹² Ver a propósito o artigo «Gastos com a droga privilegiam repressão» onde se apresenta um resumo de um estudo feito por Carlos Ribeiro Dinis da Universidade Técnica de Lisboa (*Expresso*, 9 de Janeiro de 1999, pp. 10).

¹³ Por exemplo, com incentivos à discriminação positiva por parte do patronato. Ver *Público*, 4 de Outubro, 1998, pp. 26; *Expresso*, 10 de Novembro, 1998, pp.18.

¹⁴ Ver apresentação pública dos novos princípios do combate à droga no artigo publicado no *Público* sob o título «Oito mandamentos contra a droga»: *Público*, 29 de Abril de 1999, pp. 19.

¹⁵ Digo hipótese porque apesar de pela primeira termos ouvido publicamente um corpo de peritos independente pronunciar-se sobre o assunto da droga — depois de tantos anos de combate fundamentado, na melhor das hipóteses, nos saberes institucionais em uso no sistema formal de controle montado em torno do problema da droga — foi a sua opinião negativa sobre a criminalização do consumo a mais comentada em termos de discurso público. Ver *Público*, 3 de Outubro de 1998, pp. 25.

Recuperação». Numa sociedade que nega as capacidades físicas e mentais de indivíduos que se inscrevem em grupos de toxicodependentes, e que nega a legitimidade dos seus alegados estilos de vida, a reivindicação por parte de alguns da capacidade de agir colectivamente como agentes razoáveis e responsáveis, pode ser vista como um sinal de mudança. No entanto, é também expressão das limitações existentes em termos dos vocabulários disponíveis para interpretar e comunicar a situação de todos os que se reconhecem como toxicodependentes. O caminho está preparado para certos argumentos e não para outros (Fraser 1989): o nome escolhido para a associação evidencia que os toxicodependentes em causa não se demarcam, pelo menos oficialmente, do estatuto que lhes é reservado pelo o Estado — «doentes em recuperação» — mas parecem antes querer reivindicar alguma força, apesar do estatuto desvalorizado, nomeadamente em termos de uma maior escolha e controle no que diz respeito a opções de tratamento, numa lógica de reivindicação de direitos dos toxicodependentes enquanto grupo de clientes dos Serviços de Saúde fornecidos pelo Estado. A esta posição está implícita uma aceitação da pertença a uma categoria social desvalorizada, feita em termos não de uma afirmação positiva da diferença ¹⁶, mas de uma adesão à lógica de inferioridade e de submissão que sustenta a discriminação negativa.

O humanitarismo ao nível da regulação das drogas pode ser uma cobertura para um maior controle, e um modo de neutralizar tanto a revolta como um conflito de interesses morais ou sociais (Young 1971). Se num contexto penal e prisional são claramente visíveis as relações de poder e os conflitos entre detentor e detido, num contexto terapêutico e assistencial já não acontece o mesmo. As relações de poder são mistificadas e assim reduzido o incentivo das clientelas «ajudadas» para reivindicarem os seus direitos ou agirem como adversários políticos (Edelman 1977). No âmbito de uma economia puramente pessoal e situacional, o papel de doente-dependente pode trazer proveitos (Davies 1992); mas, em termos colectivos, diminui a possibilidade de resistência à opressão, ou seja, implica que os oprimidos não façam tentativas de defesa dos seus interesses por não os reconhecerem. O papel de vítima, mas de uma vítima que acaba por ser vista como uma vítima narcisista, suicida, masoquista, de certo modo voluntariosa, acompanhado por um discurso do tipo «a pessoa tem de quer», e num contexto cada vez menos favorável à assistência pública, onde se encontra institucionalizada uma estratificação do mal, não é seguramente o caminho mais eficaz para uma mudança no balanço das relações de poder intergrupais. Ao lado da vítima que reconhece o erro, temos a

¹⁶ Como aconteceu, por exemplo, no caso de certos grupos de homossexuais nos finais dos anos 60 (Dyer 1993).

vítima fruto da «injunção terapêutica», a vítima institucionalizada dependente da metadona, temos o vilão que não quer ser doente e o vilão incorrigível, temos uma semi-vítima e semi-vilão que é o traficante consumidor, e temos o vampiro, o traficante. Esta divisão ideológica (concretizada na organização espacial) pode contribuir indirectamente para que a junção de esforços por parte dos oprimidos funcione num sentido subversivo e não emancipatório o que, em última instância, prejudica tanto a sociedade como os principais interessados (Gossop 1984).

A inflexibilidade de princípios ideológicos tem na prática resultado na produção de mais da mesma coisa, mais presos, mais doentes, mais controle, agravamento de problemas sociais e numa desumanização chocante. Enquanto a minoria consumidora consentir tacitamente em ser psicologizada e individualizada abstendo-se assim da luta política aberta, a sua voz e conhecimento em contexto repressivos pouca ou nenhuma credibilidade há-de ter. Enquanto o conhecimento e pontos de vistas postos a circular na sociedade sobre o assunto das drogas se mantiverem estruturados em dominância pela linguagem oficial do combate à droga, seja em termos de lei e de ordem, seja em termos de necessidades (informativas, terapêuticas, de saúde pública), estará excluída à partida a possibilidade de pensar a questão em termos de direitos e de necessidades (Rapport 1986). Se assim fosse, seriam colocados na agenda política os interesses de quem até agora nunca foi ouvido publicamente, e se faria a diferença em termos de partilha das responsabilidades. Entretanto, mantêm-se as ambiguidades e as aparentes contradições. Mas em termos de vivências quotidianas, de relacionamento social, são cada vez mais visíveis as discriminações de facto.

Análise multidisciplinar e crítica da fala

A Análise Crítica do Discurso (Fairclough 1992) partilha com Foucault o conceito de discurso não como um mero reflexo ou efeito do poder, mas como um operador no campo das relações de força com poder constitutivo (Foucault 1971; 1976), nomeadamente em matéria de construção e manutenção ou mudança de identidades e de diferenças sociais, e também de vários tipos de conflitos.

Uma das maneiras de evidenciar a noção de discurso como um mecanismo de poder — já não da preferência de Foucault — é tornando explícito o modo como os «discursos da Diferença» (Wodak 1998), articulados por maiorias dominantes, funcionam ideologicamente para justificar e reproduzir a dominação e a opressão ou discriminação de minorias subordinadas, marginalizadas ou excluídas. Nesses casos, a diferença tende a ser construída negativamente como uma fonte de diversidade ou de diferença

recusada, na maioria das vezes desvalorizada, derogada como desviância, e temida, se bem que por vezes paradoxalmente irresistível ou aliciante (Riggins 1997). Em termos sócio-cognitivos, a categorização de indivíduos como fazendo parte do «Outro social»¹⁷, ou seja, daqueles a quem nos ensinam a evitar e manter distância quando possível (Brislin 1986), implica a construção social e a atribuição de distinções de natureza variada (e.g. físicas, sócio-culturais, pessoais, económicas) que na percepção social se fundem para formar uma realidade única, condensada num traço distintivo dominante num determinado momento e espaço histórico. Na base da definição das diferenças, reais ou imaginárias, em cada uma das dimensões vistas como relevantes para categorizar e julgar O outro social como «não nós» e também «inferior a nós», estão operações cognitivas específicas, a saber, o uso de protótipos e o exagero das diferenças intergrupais e das similaridades intragrupo (Tajfel 1981). Ou seja, os membros do endo-grupo (neste caso, o grupo dos que não consomem droga) tendem a sublinhar diferenças e não similaridades entre o seu grupo e O outro, e, ao mesmo tempo, minimizam as diferenças tanto entre os grupos que compõem O outro social (i.é, consumidores-toxicodependentes), como entre os elementos que integram os grupos de consumidores-toxicodependentes.

Ao conjunto de opiniões negativas genéricas ou de natureza estereotipada desenvolvidas em torno de diferenças que se pensam caracterizar O outro social, partilhadas por membros de um endo-grupo dominante e que servem para defender os interesses e privilégios do mesmo, van Dijk chama de preconceito (1984). Isto significa que se considera que a formação, aplicação, e a comunicação de julgamentos preconceituados sobre diferenças socialmente construídas não é arbitrária ou gratuita, mas está relacionada com normas culturais dominantes num determinado contexto sócio-histórico, e a conflitos de interesses entre os grupos envolvidos (Tajfel e Turner 1986). Desde que o endo-grupo mantenha a monopolização dos principais recursos de poder existentes numa sociedade, e exclua o exo-grupo da participação nesses recursos, a comunicação de preconceitos através da fala produzida em situações intra e intergrupais é vista como um instrumento essencial na reprodução de desigualdades (Quasthoff 1989). A análise do funcionamento ideológico do «discurso da Diferença» pode passar precisamente por evidenciar o modo como são expressos e persuasivamente comunicados os preconceitos no texto e na fala sobre O outro social, ou na fala dirigida aos mesmos, incluindo aí a análise do modo como os preconceitos influenciam a interpretação (compreensão, avaliação, explicação, atribuição) dos atributos ou acções dos referentes do

¹⁷ Chamado também desviante, ou exo-grupo, ou hetero-grupo, conforme as tradições científicas.

discurso, ou as posições e estratégias usadas pelos participantes na interação comunicativa. No caso do discurso em análise, a fala produzida por maiorias não consumidoras sobre consumidores-toxicodependentes e sobre as relações entre ambos, os consumidores não fazem parte do contexto da fala real ou da interação discursiva em si (são os seus referentes), também é relevante considerar a dimensão pragmática da fala (van Dijk 1998). Embora os consumidores constituam o assunto de que se fala nas conversas analisadas (e nesse sentido são uma propriedade do significado do discurso), podem ser considerados (de um ponto de vista social e ideológico) simultânea e indirectamente um dos alvos dos falantes. Não vejamos:

O discurso que analisamos apresenta, de uma forma quase sempre explícita imagens do toxicodependente e preconceitos organizados em torno de um conjunto de diferenças, em especial de natureza pessoal, vistas como estando inerentemente ligadas a diferenças de práticas de uso de drogas e alegados modos de vida, que servem para categorizar os indivíduos consumidores como pertencendo a um grupo distinto do nosso. Essas imagens e preconceitos são comunicadas na fala de um modo persuasivo: por se tratarem de opiniões sociais negativas largamente partilhadas e difundidas,¹⁸ os preconceitos servem para que os falantes justifiquem as suas crenças ou acções pessoais, ou as de outros elementos do seu grupo, como terem oportunidade de confirmar. O inverso também pode acontecer, quando os falantes contam histórias (vividias ou ouvidas) sobre toxicodependentes para justificarem opiniões negativas mais gerais sobre consumidores, por exemplo, sobre a sua alegada natureza criminosa. Estas estratégias argumentativas podem ser interpretadas como sinais da posição ideológica (exclusão e superioridade) que os enunciadores evidenciam e constroem na fala sobre toxicodependentes. A análise que fizemos mostrou que a quase totalidade dos participantes não só conhecem e reproduzem preconceitos dominantes, como se referem ao que ouvem dizer (e.g. a vizinhos, colegas, conhecidos) para reforçarem os preconceitos expressos no seu contexto pessoal e na situação comunicativa concreta. Podemos interpretar estes dados como sendo indicativos de que os falantes expressam as suas opiniões e experiências não tanto enquanto indivíduos isolados, mas como membros de grupos culturalmente e socialmente dominantes. É neste sentido complexo, que se pode ver a fala sobre toxicodependentes como uma instância e como uma forma de preparação comunicativa para práticas discriminatórias. Embora não fazendo parte

¹⁸ Como tivemos ocasião de comprovar através da análise e da comparação de entrevistas e através da sua comparação com discursos produzidos sobre o assunto noutros contextos.

do contexto comunicativo, os «ausentes-presentes» constituem o alvo (indirecto) principal da fala.¹⁹

A interpretação proposta indicia claramente que uma análise crítica do discurso não se limita a fazer uma mera descrição de recursos ou estratégias linguísticas e cognitivas. Tendo como certa a ideia que as escolhas linguísticas que fazemos na interacção verbal são social e discursivamente motivadas, resultam de preferências ideológicas, ao mesmo tempo que respondem a propósitos concretos, tanto no interior da situação comunicativa, como nos quadros mais globais da estrutura societal e da cultura, e têm implicações e consequências para outros, o discurso da análise não deve ser visto como diferente. Como diz Fairclough, os analistas não estão «acima da análise que fazem, estão dentro dela» (1992: 199). As interpretações que articulam no discurso da análise não são pois simples representações do que se passa na inter-acção discursiva na sociedade, mas antes «actos e intervenções» (Fraser 1989: 167) que têm como objectivo último contribuir para a mudança da posição social desfavorecida de certos grupos relativamente a outros. Como princípio os analistas críticos intervêm «ao lado de grupos dominados e oprimidos, contra grupos dominantes» e centram a sua atenção no papel do discurso na reprodução de relações de poder assimétricas que estão na base de vários tipos de desigualdade social (Fairclough e Wodak 1997). A adopção pelo analista do discurso dessa posição e interesse implica que no trabalho de descrição, interpretação e de explicação das propriedades, das estruturas e estratégias do texto ou da fala, adopte a perspectiva e a interpretação daqueles a quem o discurso se dirige. Ou seja, está mais interessado nas implicações e consequências para outros do que se faz com a fala e o texto (que podem ser inferidas a partir do dito), do que com as intenções (não observáveis) dos falantes.²⁰

Ao relevarmos as implicações e consequências globais da fala para os modos como são tratados os consumidores-toxicodependentes na vida do dia à dia, e para os modos como os elementos desses grupos se vêem a si próprios, o seu lugar e direitos na sociedade, temos como meta chamar a atenção para a necessidade de mudar a percepção pública e definição negativa das categorias consumidores-toxicodependentes. A literatura sociológica sobre drogas evidencia que a condenação e rejeição por parte das

¹⁹ A este propósito Kerbrat-Orecchioni fala em «tropo comunicacional». (Kerbrat-Orecchioni 1986, 1995).

²⁰ Isto não significa contudo que se vejam todos os componentes do acto discursivo como sendo intencionais. Há detalhes da pronúncia, sintaxe e da semântica, parte de actos discursivos globais que são mais ou menos automáticos, estando por isso fora do controle dos falantes (van Dijk 1997: pp.10).

populações maioritárias de práticas não convencionais de produtos psico-activos, desaprovadas e punidas pelas autoridades, tem sido um factor determinante no processo de agravamento da exclusão e da marginalização social associadas a certos tipos de substâncias (sobretudo à heroína) e da práticas de poli-uso excessivo (Clinard e Meier 1992; Robertson e Zinberg 1972). Quer isto dizer que, num contínuum comportamental, são os indivíduos que estão desprovidos de fontes alternativas de identidade social positiva (seja em termos de idade, género, classe, etnia, profissão, espaço geográfico ou outros) que mais problemas têm com a perda de estatuto (e muitas vezes de liberdade) associada com certos tipos de toxicodependências duras, com consequências graves em termos médicos e psiquiátricos (Albee 1988). Por exemplo, as mulheres toxicodependentes encontram-se frequentemente invisíveis e as suas necessidades específicas de saúde subestimadas já que se dá como certo que certas práticas químicas são mais «naturais» nos homens; as mesmas assunções patriarcais dentro da cultura dominante podem mesmo impedir as mulheres consumidoras de procurarem ajuda quando precisam dela (Pearson 1992). Por outro lado, para indivíduos que já ocupam uma posição estruturalmente inferior, a identificação com uma categoria posta à parte pode constituir uma fonte alternativa de poder e levar a sentimentos de que não têm mais nada a perder com os seus comportamentos anti-sociais (Stephens 1991). No plano colectivo é provável que a rigidez, a perpetuação do combate à droga, e a patologização, individualização e despolitização (Conrad e Scheneider 1980) dos problemas existentes em torno do uso de drogas que tem acompanhado o combate, tenham impedido a criação e divulgação de ideologias populares fortes alternativas às dominantes (abstenção ou dependência) que dariam aos principiantes e aos grupos de usos controlados de drogas (Zinberg 1984; Goode op. cit.) códigos de conduta pessoais e colectivos, necessários à promoção da coesão e da solidariedade interna e a uma «cultura dos limites». ²¹ Enquanto se cultivar o antagonismo entre o «cada um por si» *versus* «todos juntos contra», o «junkie» (Fernandes 1998) servirá sempre para demonstrar a ambos os lados que o «nosso grupo é bom» e que «O outro é mau».

²¹ Esta expressão é da autoria do grupo de trabalho do Centro de Ciências do comportamento desviante da FPCE-UP.

Análise da fala

O aparelho da conversa mantém a realidade falando de vários elementos da experiência e colocando-os num lugar definido num mundo real.

BERGER e LUCKMAN, 1998: 204.

Fontes de informação e de opinião sobre consumidores

A primeira tarefa que levamos a cabo na análise das conversas transcritas respondeu à necessidade de sabermos mais um pouco sobre os processos de difusão e de partilha de conhecimento e de atitudes no seio da sociedade dominante sobre consumidores-toxicodependentes. Fizemos por isso uma análise de todas as entrevistas com o propósito de identificar e de classificar as fontes de informação e de opinião sobre consumidores mencionadas, implícita ou explicitamente, pelos falantes no decorrer das conversas.²² A análise qualitativa e quantitativa mostrou que a maior parte (59,2% das referências) da informação diária sobre consumidores é derivada da comunicação interpessoal, ou seja, das conversas do dia à dia com pessoas conhecidas mais ou menos próximas (e.g. vizinhos, familiares, colegas, conhecidos, amigos); seguem-se os «media» (21.5%), em especial a televisão, a observação directa, em geral passiva, de indivíduos identificados como fazendo parte do «mundo da droga» (11.7%) e, em menor grau, os contactos directos (mas não regulares) com toxicodependentes (7.6%).²³ Apesar de se ter tornado claro na análise das entrevistas que se fala, e muito, sobre consumidores, sobretudo em bairros onde « a cena da droga» é mais visível, os falantes (34 em 36) têm a preocupação de negar quer o contacto, quer o conhecimento sobre consumidores, e negam mesmo que falam frequentemente sobre o assunto com elementos do seu grupo. Essas negações podem significar que os indivíduos não se lembram de exemplos concretos; querem fugir à questão; ou então querem salvar a face junto do entrevistador que identificam com o grupo dos que «não se

²² A referência a fontes de informação e de opinião sobre consumidores foi quase sempre feita de uma forma voluntária; em alguns casos, os entrevistados respondiam a perguntas do tipo «como é que soube? quem lhe disse? costuma ver na televisão?. Trabalhamos com 332 passagens onde se fazem menções a fontes e 635 referências (numa passagem pode haver mais do que uma referência).

²³ Na análise da variação do tipo de fontes segundo a Idade, Sexo e Instrução vimos que os homens dizem usar mais a televisão e a imprensa como fontes de informação e as mulheres referem mais a comunicação interpessoal; os jovens referem mais frequentemente os «media», e os entrevistados com menos instrução ou sem nenhuma tendem a referir mais a comunicação interpessoal e a mencionar mais a televisão como fonte de informação.

metem», e que considera como «toda a gente» o contacto com eles desprestigante, e acima de tudo perigoso. As passagens seguintes ilustram como o mero contacto visual (directo ou mediatizado) pode motivar medo, desprezo ou indignação.

(Homem, 53 anos, 4 classe, emigrante)

(...) Eu nunca me dediquei... eu fujo, eu vejo, vejo pessoas que se drogam, conheço uns rapazes desse tipo aí prá zona do Carlos Amarante. Eu passo por aí várias vezes e vejo aí esses moços, já passei em sítios que vi muitas seringas ali junto da parte de trás das traseiras do Carlos Amarante, e quando eu vejo assim três quatro rapazes encostados eu fujo, tenho medo. (...) vejo eles a falar nesses problemas da droga e da injeção, e eu e eu sempre que passava, tenho medo de passar junto deles porque tenho medo que eles se dirijam a mim a fazer-me essa proposta.

(Homem, 62 anos, médico)

No outro dia estava um homem um moço novo estava com uma pedrada e eu até disse à minha mulher olha para a cara que aquele jovem tem. Era um rapaz com vinte e tal anos estava com uma pedrada não é assim que se diz... que realmente não é nada é um trapo qualquer que está para ali. Ele não sabe realmente o que é viver.

(Homem, 60 anos, doutorado)

(...) Perde-se toda a humanidade não é porque deixa de se poder viver... isto é um leigo que fala nisto não é porque isto são só sensações que eu tenho não é sobre este aspecto. Portanto é uma pessoa e isto repare não é a pena digamos assim é a constatação de uma sensação que eu tenho quando vejo filmagens, até se bem que de longe, de sítios em que se juntam as pessoas que estão sujeitas a esta a esta situação, quer dizer, são bichos, mas com a inumanidade que alguns animais conseguem ter. Portanto passam a ser não entidades, como em inglês se diz normalmente, são pessoas que, quer dizer, vegetam e que estão sujeitas a uma lei fisiológica que passa a ser terrível e que não os deixa ser absolutamente mais nada senão, portanto, vegetais.

Concluimos também que a maior parte da informação que circula é de natureza factual e negativa e, regra geral, os indivíduos tendem a acreditar e a aceitar essa informação.²⁴ Numa análise dos tópicos (van Dijk 1985)

²⁴ Embora haja quem critique as generalizações abusivas feitas sobre consumidores, mostrando-se assim consciente da natureza indutora de preconceitos das conversas sobre os mesmos, e quem se mostre solidário face aos problemas da falta de apoio médico, regra é a aceitação não crítica do que se ouve dizer e também das opiniões genéricas que circulam. Os efeitos para as diferentes variáveis sociais não é dramático: há uma tendência de conformismo entre mais idosos e menos instruídos ou sem nenhuma instrução já que aceitam e concordam mais com a informação que atribuem às fontes. O desacordo ou rejeição é mais típico entre jovens, mulheres e indivíduos mais instruídos.

que os falantes atribuem às fontes,²⁵ podemos verificar que os tópicos mais frequentes são: o crime (roubo, assalto), as dificuldades de recuperação, a vergonha-culpa-ruína-abandono-agressão-roubo na família, o assédio na rua, o «sítio das drogas», a «vida de droga», a prostituição, a morte ou suicídio, a má aparência, a degeneração física, a estatística da droga, os tipos de drogas, os efeitos das drogas, os lucros do tráfico, e acções do combate à droga.²⁶ O padrão negativo da informação que circula sobre consumidores-toxicodependentes, claramente estereotipado, pode ser explicado pelo simples facto de existirem mais comunicações negativas sobre o assunto, e pelo processo de memorização selectiva que leva a que os indivíduos lembrem melhor a informação congruente com as suas atitudes. Por outro lado, a predominância do padrão negativo explica porquê grande parte das comunicações sobre consumidores tende a ser negativa: provavelmente, a maioria dos indivíduos conta a outros histórias que são tão negativas quanto as que ouviu e aceitou. Esse padrão negativo também pode ajudar a perceber como é que se tem uma imagem tão definida dos consumidores, e da natureza das relações com os mesmos, e se nega simultaneamente e paradoxalmente, qualquer tipo de envolvimento pessoal ou afectivo com eles, recusando mesmo a ideia da simples conversa sobre os mesmos: é que «toda a gente» diz que não quer nada com eles e, ao mesmo tempo, «toda a gente sabe quem eles são», e diz aos outros.

O papel das narrativas

Nas conversas diárias sobre consumidores-toxicodependentes as narrativas desempenham um papel importante. E através da narração de episódios verídicos que os falantes expressam como lidam com consumidores no seu ambiente social imediato e como se colocam nesse ambiente. Frequentemente essas narrativas (Ochs 1997; van Dijk 1985) são sobre actos de consumidores-toxicodependentes, negativamente interpretados como ameaças potenciais ou reais para a nossa segurança, normas, valores e para os nossos interesses. Nesse sentido funcionam acima de tudo como queixas, condenações-acusações em que o falante (ou alguém seu conhecido, amigo) se apresenta como vítima da presença, ou do encontro, com consumidores. Por isso, na maior parte das histórias, a «Resolução» está

²⁵ Para fazer esta análise de tópicos isolamos das 332 passagens em que os entrevistados referem outras fontes as macroproposições que sumarizam essas passagens, e classificamos essas proposições nas categorias referenciadas no texto do artigo.

²⁶ Nas passagens em que os falantes referem os média como fonte de informação são mais frequentes os tópicos sobre estatísticas, lucros no negócio de tráfico, e sobre acções de combate à droga.

ausente, transmitindo-se assim a opinião que não há solução para os problemas criados pelos consumidores. Quando se mencionam algumas tentativas de resolução, como acontece em algumas das histórias sobre toxicodependentes em recuperação, são quase sempre seguidas de fracasso; se não é esse o caso, o sucesso da acção é desvalorizado apresentando-se como sendo uma excepção à regra que não permite fazer generalizações. Em algumas narrativas a falta de resolução serve também para reforçar os argumentos que a «polícia não faz nada», o «tribunal está a favor dos ladrões», tornando-se assim evidente também a presença de conflito no interior do endo-grupo.

No plano cognitivo, as histórias mostram como os falantes interpretam e representam acções dos consumidores em função do contexto social e das atitudes preconceituadas dos grupos dos não consumidores. Daí o ênfase selectivo em factos negativos e opiniões; o enviesamento das relações de causalidade ou de papéis de agente, usual em situações de conflito intergrupual, que leva a explicar acções negativas dos consumidores em termos das suas características de grupo, e assim a culpá-los, em vez de as explicar, ou desculpar, em termos de condições contextuais - o apelo ao papel das circunstâncias apenas ocorre na explicação das acções negativas dos que não usam droga, e na explicação das acções positivas dos consumidores (Hewstone 1989; Antaki 1994); o exagero da natureza negativa dos atributos e da acção dos consumidores que leva à polarização nós ...eles (van Dijk 1985: 245). A narração de episódios verídicos sobre consumidores serve assim para apoiar e fomentar generalizações e distorcer informações, o que evidencia a natureza preconceituada da leitura das experiências com consumidores. No plano social, a narração de episódios verídicos é um instrumento importante no reforço das normas e valores dos grupos de não consumidores e dos quadros de explicação dominantes da situação intergrupual, ao mesmo tempo que servem para distinguir e rejeitar os consumidores. Dado que, em geral, nos episódios narrados os consumidores são representados como agentes da sua própria exclusão, a rejeição dos consumidores aparece assim como sendo justificada. Isto tem como consequência directa a auto-exoneração dos grupos não consumidores de drogas ilegais.

Passamos agora a análise da expressão linguística e da comunicação persuasiva de algumas dessas histórias, salientando a sua relevância cognitiva. Com base nos estudos já produzidos sobre o chamado «discurso da Diferença» iremos interpretar e explicar as narrativas como fazendo parte de um esquema argumentativo mais global, com implicações ao nível da auto-apresentação e da salvaguarda das aparências (Goffman 1983). Porque são, em princípio, verdade e não meras opiniões, as histórias têm uma função persuasiva importante pois fornecem «boas razões» ou «motivos» que sustentam afirmações avaliativas genéricas sobre consumidores,

em geral de natureza negativa, que, de outro modo, poderiam ser julgadas pelo ouvinte como preconceituadas ou como sinais de intolerância (van Dijk 1993; Rojo e Gallego 1997). A objectivação que assim se empresta ao discurso facilita a aceitação por parte do interlocutor da representação da situação que lhe é oferecida, ao mesmo tempo que se dão provas de sinceridade ou de honestidade. Iremos agora tentar mostrar como essas histórias sobre experiências pessoais com drogados podem ser vistas como preconceituadas, apesar de «toda a gente» dizer e saber o mesmo.

Categorias de análise

A expressão, formulação e comunicação persuasiva de representações sociais sobre grupos de consumidores/ toxicodependentes pode ser mais ou menos directa, como no caso do uso de generalizações negativas e abstractas sobre características que se assumem diferenciar os grupos de toxicodependentes como um todo dos outros através do uso de expressões genéricas nas conversas, ou, mais indirectamente, através da «aplicação seleccionada» de representações sociais nas interpretações e avaliações de experiências individuais com consumidores em contextos específicos, por exemplo, através da narração de episódios verídicos (Hamilton, 1984; Hamilton, Gibbons, Stroessner e Sherman 1992). Considera-se que a fala resulta de um conjunto de escolhas linguísticas (Fowler 1991) que tem na sua base motivações de natureza estratégica e comunicativa reguladas pelas representações («modelos», van Dijk 1985) individuais dos contextos, e que essas escolhas desempenham funções específicas. No plano interaccional concentramos a nossa atenção no modo como os enunciadores constroem as relações sociais, e na forma como se apresentam enquanto indivíduos e enquanto membros de um grupo, neste caso dos não consumidores. Actos de fala (Geis 1995), estratégias interaccionais (Bange 1987; Kerbrat-Orecchioni 1995) e dimensões retóricas e estilísticas da fala, ou seja, o modo como falam os participantes numa situação comunicativa serão interpretados e explicados como sinais e efeitos de identificações com grupos e suas posições sociais e ideológicas. Partimos assim do princípio que são as interpretações e representações que os falantes fazem acerca das propriedades da situação social, vistas por eles como sendo relevantes no evento da fala (no caso da interacção conversacional podem ser continuamente actualizadas segundo o «feed-back» recebido de outros participantes), que monitorizam os aspectos pragmáticos, a interacção, o estilo e a retórica da mesma.

Histórias sobre consumidores: alguns exemplos

O vizinho que não vai trabalhar.

(Mulher, sem instrução, 62 anos, bairro social)

P – Sente muitas diferenças na zona onde mora?

R – Muitas diferenças derivadas desta rapaziada nova agora. Porque ainda agora vinha por aí acima e vinha a reparar. A minha beira nunca lá ouve droga nenhuma e agora já vejo a rapaziada nova a chegar-se prá lá e eu quando assim é assim, a gente duvida logo, que esta rapaziada nova que anda metida na droga uns chamam os outros, e basta que ele dessa pessoa, dessa casa, andava a trabalhar, ele quer dizer, o pai morreu-lhe e o filho ficou com a mãe não é? é o braço da mãe. Só que não vai trabalhar. Porque esta rapaziada nova puxam-se uns aos outros. desviam-se uns aos outros. E ele não vai trabalhar, fazer o trabalho prá irmã, também não vai trabalhar. Do que é que eles vivem? de que é que vão viver? e quem diz estes muitos mais. E depois não é nada é que roubam, roubam tudo aos pais, quer dinheiro prá droga não o tem. Depois vê-se a roubar. E ouros, é ouros, não é? é dinheiro, tudo isto.

O tópico da conversa a propósito do qual esta senhora conta uma história é um dos tópicos que ocorre com mais frequência no discurso das entrevistas analisadas, a saber, o problema da insegurança em geral, e o problema do roubo em particular, na cidade de Braga e/ou em determinados bairros da cidade. As histórias que se contam sobre esse tema são reproduções do que os entrevistados (homens e mulheres) ouvem dizer entre o círculo de conhecidos, vizinhos, colegas, familiares ou amigos, e do que vêem na televisão. Em 36 entrevistados apenas dois afirmam ter experimentado pessoalmente esse tipo de problema, um deles uma situação de roubo (ao interior da sua viatura) e outro uma situação de fraude bancária (desconto de cheque roubado).²⁷ No contexto da conversa as/os

²⁷ Não são só, no entanto, esses tipos de situações que os entrevistados dizem conhecer por via indirecta, em especial através do que ouvem dizer aos outros. As histórias contadas acerca das dificuldades de recuperação, da presença (ou encontro) na rua, prédio ou bairro, e de consumidores, dos locais de compra, venda e consumo de droga e de agrupamento de consumidores, do assédio na rua, da ruína-violência-vergonha-culpa na família, da vida de droga, da prostituição, do suicídio ou da morte de consumidores, que são os tópicos sobre os quais se contam mais histórias, resultam, na maior parte das entrevistas, não de experiências pessoais, mas de uma interpretação do «diz que diz» e do que se vê na televisão ou se lê nos jornais. Há no entanto algumas histórias que são originadas em experiências pessoais ocasionais com indivíduos identificados como fazendo parte dos «que andam na droga», por exemplo, no trabalho, nas lojas, nos prédios, nas ruas, no seio de famílias. Regra geral, essas experiências são passivas, perceptuais e não interaccionais, quer dizer, os entrevistados dizem que viram o que aconteceu; ou mediatizadas por conhecidos, vizinhos, colegas, familiares de indivíduos consumidores de drogas ilegais. Apenas dois dos entrevistados incluí na sua rede de relações

falantes recorrem a esse tipo de histórias para justificarem os seus receios e, simultaneamente, demonstrarem que a «rapaziada nova que anda na droga» é a culpada do aumento da insegurança no bairro, nas escolas, nas ruas ou na cidade. O caso da história em análise é típico entre os entrevistados com mais de 50 anos, do sexo feminino, com pouca instrução ou sem nenhuma, e que vivem em zonas mais desfavorecidas da cidade.

A história mostra, entre outras coisas, que é através do uso de certas expressões e do uso de pronomes pessoais e demonstrativos que se procede à classificação e subsequentemente agrupamento de indivíduos consumidores de drogas ilegais. A expressão «rapaziada nova que anda metida na droga» e o uso de pronomes como «ele, esta, estes» evidencia claramente que a entrevistada partilha a opinião geral dominante que os indivíduos (homens e mulheres) que «andam na droga» fazem parte de um grupo distinto e, como tal, são diferentes da «gente», do grupo daqueles que «não andam na droga». Note-se o contraste criado pela senhora ao opor o termo «a gente» (em que inclui o seu interlocutor), que tem uma natureza indefinida, colectiva e neutra, com a natureza objectivada, negativa e distante do termo usado para se referir aos consumidores de drogas (van Leuwen 1997). Nas nossas entrevistas vimos que, regra geral, os falantes tendem a evitar nomear de todo os consumidores de drogas,²⁸ usando expressões que marcam a distância social do tipo «esses», «essas pessoas», «essa gente», «esses rapazitos», «ele», ou a usar expressões genéricas correntes com conotações negativas, como «pessoas que são drogadas», «viciados», «esses que fumam droga», ou ainda, a fazerem uso de expressões impessoais, objectivadas, abstractas e redutoras, sendo a mais frequente o uso metonímico do termo «droga» como meio de referência a indivíduos e práticas a que estão ligados os actores consumidores. Dado que o termo droga tem associado o significado de problema-flagelo, ao referirem-se aos consumidores através do termo droga, está-se-lhes a atribuir a qualidade de serem problemáticos para todos nós, e esta qualidade é usada para os

de amizade ou de convívio indivíduos com hábitos de consumo de drogas ilegais. Note-se também que os entrevistados com um nível de instrução superior tendem a produzir um discurso mais abstracto e nessa medida, recorrem menos à narração de episódios pessoais.

²⁸ O mesmo tabu de nomeação (que simultaneamente mostra desinteresse) ocorre entre os grupos menos instruídos e mais idosos quando são confrontados com perguntas sobre o seu conhecimento de nomes de drogas, dando resposta do tipo «eu não sei nada sobre essa coisa»; «eu só sei que há droga e pronto»; «eu nunca vi nada disso». No entanto, no decorrer da conversa, surgem vocábulos que denotam proximidade física com «espaços da droga», e mesmo conhecimento dos seus vocábulos específicos, como por exemplo «pó», «charros», «grama». De uma forma mais ou menos explícita as diversidades existentes nas práticas de uso de drogas ilegais são excluídas e reduzidas pela quase totalidade dos entrevistados ao consumo descontrolado por via intravenosa de heroína.

designar, como ilustra o extracto que se segue retirado de uma passagem anterior à história em análise.

«porque as drogas hoje, porque naquele tempo quando eles viam que realmente a droga estava a avançar... isto não avançava como avançou. Agora eles andam em cima disso, só que a droga sai duma casa e mete-se noutra. E aqui neste bairro é o que há mais.»

Dissemos antes que a falante recorre à narração de uma experiência pessoal para justificar perante o ouvinte a acusação mais ou menos directa, feita num momento imediatamente anterior na entrevista, de que «a rapaziada nova que anda na droga» é a culpada pelo aumento do crime (roubo) no bairro em que vive.²⁹ A história é sobre um vizinho da narradora, um rapaz jovem que ficou sem pai e que em vez de continuar a trabalhar para sustentar a mãe e a irmã, como seria de esperar segundo as normas dominantes, deixou de «ir trabalhar». A falante atribuí o facto de ele ter deixado de trabalhar, e assim de ter deixado de cumprir as suas responsabilidades familiares e sociais, à presença no bairro da «rapaziada que anda na droga». Repare-se que a acção do rapaz que poderia ter sido interpretada de outra forma (deixou de trabalhar porque foi despedido, teve azar, porque quis), não o é porque a narradora faz a associação negativa que ele foi desviado por outros, segundo os preconceitos gerais sobre a natureza contagiosa e preguiçosa da «rapaziada nova que anda na droga». O estereótipo do drogado pobre e contagioso, ou seja, cujo propósito é espalhar o mal, é inconsistente com uma vida de trabalho e honesta. O mesmo tipo de interpretação enviesada ocorre quanto à presença da rapaziada nova no bairro, na rua, perto de casa: não estão só a passar, ou a fazer a sua vida, mas podem estar a querer contaminar. A presença deles é interpretada pela narradora como condição suficiente para ver o bairro como estando sob uma ameaça. Após ter mostrado a sua indignação e apelado à solidariedade do interlocutor, através de uma série de perguntas retóricas («do que é que eles vivem? do que é que vão viver?»), que ilustram simultaneamente uma descrença na possibilidade de resolução do problema, a narradora chega finalmente ao âmago da história, mostrando que os seus julgamentos não são idiossincráticos («e como estes muitos mais»), ao mesmo tempo que dá sinais da sua honestidade e procura a empatia do interlocutor («e depois não é nada»), atenuando assim as potenciais implicações negativas em termos de auto-imagem da acusação que a seguir faz.

²⁹ Importa referir que a atenção na análise das narrativas recai sobre as avaliações, explicações e julgamentos que vão acompanhando o narrar dos acontecimentos ou das acções que contrariam as expectativas e objectivos do narrador (Pollany 1985).

Se não estivéssemos já habituados a este tipo de histórias ficaríamos sem perceber qual a relação entre a presença no bairro da «rapaziada nova que anda na droga», o facto do vizinho não ir trabalhar e a avaliação negativa pessoal e ao mesmo tempo mais geral e estereotipada que a falante faz dos acontecimentos: «e quem diz estes muitos mais...roubam, roubam tudo aos pais, quer dinheiro para droga não o tem». A explicação-condenação (Windish 1982) que a senhora dá para essa acção negativa — roubam porque não tem dinheiro para a droga, e não tem dinheiro para a droga porque não trabalham- como pode inferir o ouvinte a partir do que foi dito antes- mostra que o âmago da história é atribuir os comportamentos negativos deles (e não só os do vizinho) — não trabalhar, andar atrás dos outros, e suas alegadas consequências — roubar — a presumíveis características negativas pessoais da «rapaziada nova que anda na droga» (preguiça, perversidade, desonestidade), que vê como estando inerentemente relacionadas com diferenças negativas e estereotipadas de supostas normas, regras e hábitos de uso de drogas, e assim justificar a acusação que o bairro está mais perigoso por causa deles. Embora nesta história a senhora não estabeleça explicitamente essa relação entre as dimensões que supostamente distinguem os «que andam na droga», logo a seguir, respondendo à pergunta do entrevistador sobre o que se poderá fazer para resolver os problemas referidos, diz o seguinte:

Porque prontos, eles, eles, eles querem dinheiro não o têm, e depois aquilo é começar, eles começam por fumar, acho que é. Os drogados passam de cigarro a cigarro, de uns prós outros e depois o vício começa aí... e eles depois, quando a droga é ligeira eles ainda vão controlando, mas depois mais tarde, mais tarde começa a vir a droga mais pesada um bocado e aí eles começam a vida deles.

Na opinião da narradora o vício, que vê como sendo uma característica pessoal de todos os indivíduos consumidores, não justifica — atenuando a culpa — o roubo, como acontece num certo tipo de discurso que define o vício da droga como sendo uma doença, ou manifestação de uma doença. A falante interpreta o vício da droga como um sintoma de preguiça, de uma vontade de não trabalhar, que eles têm e nós não, como mostra o extracto seguinte em que a falante, através de uma comparação, expressa um contraste entre os alegados objectivos deles e os do grupo dos não consumidores em que a senhora se inscreve, e assim o conflito intergrupial.

porque a vida prontos já esteve má prá trabalhar mas agora só não trabalha quem não quer. Porque muitos querem trabalhar e não podem, não é? como o meu marido e eu... a idade... e outros que podem trabalhar não querem. porque não estão habituados, habituaam-se a andar na boa vida;... salta aos bancos, salta às lojas, e são habituados nisso, e nunca mais dão nada.

Com esta comparação contraste, torna-se claro que a narradora interpreta e avalia o caso do vizinho jovem que deixou de trabalhar porque foi levado pelos outros para a droga, como representando a situação de todos aqueles que se metem na droga, tanto em termos de acções, como em termos pessoais: eles são todos iguais e fazem todos o mesmo. Neste sentido, a história que conta é apenas a confirmação do estereótipo negativo do rapaz jovem branco que vive em bairros sociais, não trabalha, vive na e da droga e do roubo incluindo à própria família, é viciado, preguiçoso, perverso, e desonesto. E esse preconceito que guia a interpretação enviesada que a narradora faz da presença no bairro da «rapaziada nova que anda na droga» e da acção do vizinho; repare-se que os factos relatados não dão dados suficientes que permitam inferir ou ilustrar a opinião mais geral que são eles que andam a roubar no bairro (e noutros sítios) e assim, indirectamente, de que são eles os culpados da situação no bairro ter piorado. A não ser que se acredite à partida que quem usa drogas faz parte de um grupo diferente (e inferior), que põe em causa a nossa ordem social e normas, como a senhora mostrou através das explicações e avaliações dos acontecimentos e acções que foi dando ao longo da história.

As mesmas acções — não trabalhar, andar atrás dos outros, e mesmo roubar, feitas por indivíduos não classificados como fazendo parte «dos que andam na droga» não seriam com certeza explicadas e avaliadas da mesma maneira. «Não trabalhar» não é necessariamente negativo ou ameaçador para os outros, não se explica só pela falta de vontade, e não está sempre associado à pobreza, ou ao roubo e há muitos tipos de trabalho para além dos convencionais; «andar atrás dos outros» não é necessariamente negativo, nem um comportamento exclusivo dos grupos de consumidores; roubar é sempre avaliado negativamente, mas há um ditado português que diz «a ocasião faz o ladrão» que não parece estender-se aos que são vistos como Outros. Como predomina a visão de que quem usa drogas para alterar os estados de consciência faz parte de um grupo distinto do nosso, em relação ao qual se deve manter distância, os roubos que indivíduos identificados como pertencendo a esse grupo podem cometer são explicados por atributos pessoais negativos que se pensam estar inerentemente relacionados com o uso de drogas proibidas, e que são atribuídos a todos quanto usam essas substâncias: vício ou habituação descontrolada, desrespeito pela lei, falta de vontade ou de capacidades.

A investigação sobre drogas mostra que os contextos do uso de drogas são cruciais para se perceber os comportamento diários dos consumidores. Esses contextos são a situação imediata (e.g. natureza dos espaços de consumo, nível de riqueza), as estruturas sociais, económicas, políticas e culturais que modelam tanto as relações entre os grupos de consumidores e o seu ambiente mais próximo, como a relação desses grupos com a sociedade mais ampla, incluindo contextos artificialmente criados pela

repressão (e.g. preços das substâncias inflacionados, acesso às mesmas dificultado, estigmatização, discriminação no trabalho, na saúde, violência gratuita), e as características pessoais do próprio indivíduo consumidor (Schur 1965; Zinberg 1984, Bakalar e Grinspoon 1984, Bayer 1993). Para jovens rapazes provavelmente com pouca instrução ou nenhuma, sem acesso a recursos sociais válidos (e.g. laborais, profissionais) e que vivem em zonas desfavorecidas em termos sociais e económicos, as práticas desenvolvidas em torno dos opiáceos, em especial da heroína, podem constituir fontes alternativas de identidade, de prestígio, e de sobrevivência económica (Fernandes 1998: 168) em contextos opressivos, consumistas, marcados por profundas desigualdades e pela alienação compulsiva dos consumidores. Implicam ainda cálculos estratégicos e toda uma série de actividades e negociações «para a próxima vez» que nada têm a ver com preguiça ou incapacidade. Nesse sentido constituem um trabalho a tempo inteiro. Quer isto dizer que tanto a narradora como o seu vizinho podem ser vistos como vítimas da pobreza, do desemprego e da decadência urbana. Mas a visão que a narradora tem do mundo exclui à partida esse tipo de explicação e de posição ideológica.

O vizinho que foi despedido.

As histórias que os falantes contam nas suas conversas também podem servir para justificar actos discriminatórios dirigidos a indivíduos identificados como fazendo parte dos grupo de consumidores. E o caso da história que se segue, desenvolvida em vários momentos da entrevista (como é típico da narrativa conversacional) e da qual retiramos esta passagem.

(Mulher, 45 anos, antigo 7.º ano, bancária)

Vê-se por exemplo que a mãe, que ele não tem pai, que a mãe vive aqui na rua, e se por exemplo, ele trabalhava numa fábrica de calçado e o patrão mandou-o embora porque eu não acredito que uma pessoa que se droga consiga, ah dar conta do recado. Porque para trabalhar é preciso estar ali a cem por cento, eu não estou a dizer até cem por cento, mas é preciso estar lá. Ah ter a responsabilidade daquilo que está a fazer porque no fim tem um ordenado, não é? e se o patrão se apercebe de que ele não dá conta do recado é certo que o manda embora, não é? e ele depois tem de arranjar maneira de comprar droga e a maneira de comprar droga que há é roubando, só assim é que ele consegue.

P – Portanto, nós estamos a falar dos roubos e agora estamos a falar do trabalho, portanto, acha que quando diz isso, que eles normalmente não conciliam a droga com o trabalho é porque os patrões tenham medo de ser assaltados, deixam de confiar ou é porque eles já não têm rendimento?

R – Pelas duas coisas. Por tudo. Porque se droga pode ter mesmo medo de que ele assalte porque ele tem de arranjar maneira de, de dinheiro para a droga. Tem de arranjar dinheiro para a droga. Porque ele...

P – O salário não chega?

R – Precisamente. E pelo rendimento que ele não dá, pelo medo que ele tem de ser roubado, ah por tudo não é? portanto, sei lá, eu não estou... muitas vezes dizem assim, pelo facto de se drogar, não deve ser excluídos da sociedade» e os prejuízos que ele pode, que podem, portanto, pode, pronto, pode acontecer à firma ou pode acontecer ao patrão, a outros empregados, é ter lá uma pessoa que se droga e saber que ele, eh que se droga tem de arranjar dinheiro de alguma maneira e tem que, tem que arranjar uma maneira de sobreviver e como? porque para comprar droga não é muito fácil, e o dinheiro não chega, não é? por isso mesmo é que quando eles quando se apercebem que ele se droga eles mandam-no embora.

No contexto da entrevista a narradora evoca de novo a situação do seu jovem vizinho, com quem diz já ter tido problemas pessoais (roubo) para dar um bom exemplo, e assim uma boa razão, para a opinião de que se os consumidores de droga são discriminados no emprego, a culpa é deles. Nesta passagem da história a senhora conta o que se passou com o vizinho no local de trabalho: foi despedido. Mas, ao contrário do que seria de esperar numa situação normal de conflito laboral entre um jovem e um patrão, numa época onde são poucas as oportunidades de emprego, para jovens pouco instruídos em particular, a falante não expressa qualquer tipo de solidariedade com a vítima. Preocupa-se sim em arranjar argumentos que levem a ouvinte a ver como justa a decisão do patrão do vizinho em concreto, e a de todos os outros patrões que fazem o mesmo em situações idênticas. Uma das estratégias usadas é a formulação de uma série de perguntas retóricas onde a falante explicita as normas e valores laborais aceites pela sociedade dominante que são postos em causa pela mera presença de «alguém que se droga» no local de trabalho, a saber, a produtividade, a responsabilidade e a honestidade. Como é provável que a ouvinte partilhe desses valores torna-se mais fácil que avalie o acto do patrão positivamente, e aceite assim as opiniões da falante. Note-se que há uma transição gradual que parte da avaliação negativa da diferença («eu não acredito que uma pessoa que se droga consiga dar conta do recado»), o que implica a opinião estereotipada negativa de que eles não são como nós, sendo mesmo inferiores em termos de capacidade pessoais de trabalho, para a avaliação de uma ameaça sócio-económica («e os prejuízos que ele pode, que podem portanto, pode, pronto acontecer à firma ou pode acontecer ao patrão, aos outros empregados); ao mesmo tempo que se constrói um raciocínio explicativo circular, assumindo-se que as características pessoais dos indivíduos consumidores não variam de indivíduo para indivíduo.

Confrontada com as perguntas da entrevistadora que, ao tentar re-estabelecer a sequência da conversa, põe subtilmente em causa as associações

de ideias expressas no discurso da entrevistada, a falante defende a sua posição repetindo argumentos na forma de uma pergunta retórica que visa a empatia, e com uma estratégia típica do discurso discriminatório que é a negação aparente (van Dijk 1992): «portanto, sei lá, eu não estou... muitas vezes dizem assim, pelo facto de se drogar, não devem ser excluídos da sociedade, e os prejuízos...». Despedir alguém com base na sua alegada pertença a grupos de práticas de uso de drogas ilegais é claramente um acto discriminatório que põe em causa um valor da nossa sociedade que diz que todas as pessoas são iguais perante a lei. Consciente dessa norma, a falante recorre aos argumentos estereotipados e negativos da falta de produtividade e do perigo económico para legitimar a acção negativa do patrão e, ao mesmo tempo, salvar a face perante o ouvinte: não é porque ele faz uso de drogas que o seu despedimento é justo ou inevitável, mas porque o seu uso de drogas põe em causa valores da produtividade, da responsabilidade e da honestidade que estão em geral associados ao trabalho, e que podem ser assumidos como sendo partilhados pela ouvinte. A seguir ao «e» encontramos uma explicação da reacção negativa do patrão que serve para a desculpabilizar- atribuindo a culpa à vítima, ao mesmo tempo que funciona como uma rejeição argumentativa das acusações de preconceito e de discriminação: ao contrário do que muitas vezes dizem, eles são os culpados pela situação de exclusão em que se encontram; os argumentos da dependência, implícitos na expressão categórica usada pela falante («saber que ele que se droga tem de arranjar dinheiro de alguma maneira) e das dificuldades do acesso à droga («para comprar droga não é muito fácil e o dinheiro não chega») servem neste caso para atenuar a culpa do patrão e não a culpa do consumidor, ao contrário do que acontece num certo tipo discurso sobre o assunto: os patrões não têm culpa que a droga esteja cara e que eles tenham de roubar no emprego para satisfazer o vício. Torna-se assim claro quem, na opinião da senhora, é o culpado e a vítima neste conflito, e em todos os outros do mesmo tipo. Note-se a interacção complexa entre opiniões concretas sobre o acontecimento narrado e o vizinho, e preconceitos gerais, visível nas passagens dos pronomes pessoais singulares e défticos para genéricos ou plural.

Mais à frente na entrevista, a falante defende claramente a posição que o vício não atenua a culpa, nem a responsabilidade dos consumidores, depois de ter expressa a opinião que eles «se tornam violentos com a droga» porque «a droga põe-nos fora de si».

Eles não são eles. A droga é ali é que está a actuar, não são eles. Eles não estão a actuar pela cabeça deles. Eles, eh, pronto, eles estão inconscientes, não sabem o que fazem e depois muitas vezes eles estão presos e «coitadinho ele droga-se, como é que vamos agir e castigá-lo se ele se droga, se ele não sabia o que fazia». Então toda a gente se droga e mete nas maiores maluqueiras só porque está inconsciente não é?

P – Portanto, o facto de estar fora de si não significa que esteja inocente?

R – Precisamente, hum, hum.

Embora a senhora seja adepta das opiniões dominantes estereotipadas negativas e falaciosas que «toda a juventude que começa por se drogar acaba por se viciar» e «querer sempre mais» e que «droga é droga porque não há maneira de se sair dela», não tira daí a ilação que, por isso, os consumidores não podem ser vistos como responsáveis pelos actos negativos que cometem por causa do vício, ou sob o efeito das drogas. Diz a senhora a propósito do vizinho, mais à frente na entrevista:

Que vida melhor quer ele senão roubar e assaltar e ter dinheiro para a droga, ser preso meia dúzia de meses e volta outra vez cá para fora. Ele e montes deles... assim a vida é muito mais fácil para eles. Não fazendo nada, não trabalham. Têm dinheiro fácil.

Mais uma vez a acção deles, ilustrada e provada pelo exemplo do vizinho, é atribuída não a factores externos ao indivíduo, mas a características pessoais negativas (irresponsabilidade, oportunismo, preguiça, desonestidade) que se assumem comuns a todos quantos consomem. Se eles roubam para satisfazer o vício é porque querem ter uma vida fácil e não porque sejam forçados a isso por circunstâncias que lhes são alheias. As generalizações abusivas e acusações não fundamentadas que a senhora faz a propósito do vizinho provavelmente não ocorreriam se estivesse em causa um representante de um grupo de quem a senhora se sentisse psicologicamente próximo, ou aceitasse como ponto de referência válido. Peguemos no exemplo do bancário, já que o grupo profissional em que se inscreve a narradora é esse: se um (ou mais) bancário é desonesto no seu trabalho de caixa, ou se mostra uma grande incapacidade de trabalho, nenhum bancário com base nesse exemplo se atreve a fazer generalizações do tipo «todos os bancários são desonestos e incapazes» e por isso é justo que todos sejam postos fora do mercado do trabalho. Também seria pouco crível que essa desonestidade e incapacidade fossem vistas como estando inerentemente ligadas à identidade profissional do grupo, porque ao fazê-lo estariam a pôr em causa o próprio grupo, os seus interesses. Isto significa que a hostilidade e rejeição que a falante mostra face ao vizinho é menos por razões pessoais do que pelo facto da narradora o identificar como fazendo parte de um grupo de que não se sente parte, se quer diferenciar e vê como inferior. Na base do tratamento discriminatório que reclama para eles, está implícito um julgamento básico de desigualdade entre consumidores e não consumidores.

No extracto que se segue, em que a falante ainda evoca o caso do vizinho, faz-se uso de uma comparação contrastiva (van Dijk 1984: 96)

para enfatizar as diferenças entre «nós» (eu e você, nós os honestos, nós que trabalhamos, pagamos impostos, temos família, casa, e liberdade) e «essa malta», ganhando «nós» o papel de vítima, neste caso também das autoridades.

(...) Só que eu sei perfeitamente que isto aconteceu comigo mas aconteceram muitos outros casos com outros, se eu não denunciarei e pelo facto de não ter denunciado e pelo facto que mencionei havia muitos que o fizeram, e só que ele cometeu tantas, entre roubos de carros, de lojas e de tudo e esteve preso; só condeno o governo aí, esteve preso meio ano e só porque eles não podem estar presos mais de um x tempo, e a condenação que ele teve qual foi, condenaram-no a quê? a roubos? está outra vez cá fora a fazer a mesma coisa. Eu condeno o governo sim porque nós estamos a trabalhar, temos filhos em casa e anda essa malta a assaltar apartamentos, nunca podemos ter os filhos em casa sossegados, estamos sempre em sobressalto porque anda essa malta que lá dentro o governo, aí sim, tinha de os pôr presos. Se eles não têm meios de os, meios de os terem lá, ah, há tantas prisões que não têm trabalhos pesados para eles fazerem lá dentro e não os deixarem vir cá para fora. Porque eles estão lá meia dúzia de meses e vêm cá para fora fazer a mesma coisa. Não acredito que eles já se recuperaram, que ele não faça mais roubos, porque ele está a fazer a mesma coisa precisamente. Precisamente a mesma coisa.

Nas nossas entrevistas, o uso deste tipo de contraste que aponta para o que se vê como sendo um tratamento por parte das autoridades favorável aos consumidores e negligente face a «nós», é frequente. Na passagem acima o uso desse contraste funciona para dar razões para a condenação do governo, ao mesmo tempo que face à ouvinte se procura atenuar essa condenação recorrendo-se a generalizações e a negações que invocam possíveis contra-argumentos e que simultaneamente os invalidam. Este ressentimento é baseado num conjunto de opiniões preconceituadas tais como «Eles não se recuperam», ou seja, «eles não se adaptam às nossas regras e valores, «eles são criminosos», «eles não trabalham». A auto-vitimização, neste caso, nós, pessoas vulgares vítimas das elites, excluídas das suas preocupações (Ackermann 1983: 88), tem como consequência tornar mais aceitável a opinião que o conflito entre nós e a «malta que anda na droga» é insolúvel. Na opinião da senhora só mais repressão parece poder resolver o conflito.³⁰

³⁰ Embora a condenação mais pesada seja pedida nas entrevistas para os traficantes, definidos como os «piores bandidos», «grandes senhores do dinheiro», que «vendem e não consomem», ou, no caso de serem ciganos como «traficantes de segunda», nem por isso se atenuam as reivindicações a um maior controle dos consumidores: por parte dos grupos menos instruídos é quase consensual a exigência de mais polícia, mais prisões, mais duras as

Os vizinhos que «se metem».

(Mulher, mais de 60 anos, secundário)

(...) Eu conheço um casal já aqui em cima, conheço, conheço de vista, mas também toda a gente por aqui nas redondezas sabe, é já um casal mais ou menos com a minha idade, com os filhos já praticamente criados... por isso é que eu digo uma desgraça chega num instante, tem três filhos todos metidos na droga...quando os pais se aperceberam já foi muito tarde...só quando começaram a faltar as coisas em casa, dinheiro, tudo...porque aquilo acho que é um desespero...eles têm que se drogar de qualquer maneira.. três filhos sei lá um deve ter levado os outros, não sei, toda a gente viu o martírio que passou aquela família... imagine o que é ter que os meter... todos... três filhos...é quase impensável, estiveram vezes sem conta a fazer desintoxicações, quanto dinheiro não gastaram em centros de recuperação...o pior é que chegavam cá fora e passado algum tempo, voltava tudo ao mesmo, e que não era só um, nenhum deles se recuperou de vez... também se calhar ainda é pior, não tinham muito apoio, basta um não ter muita força que arrasta logo os outros atrás.

P – E nunca recuperaram e pelo que me contou foram pessoas que tiveram todo o apoio da família.

R – Eu também já há muito que não ouço falar deles, a última vez que soube alguma coisa ouvi dizer que um deles estava para Lisboa, a mãe dizia que era para fazer um tratamento, mais um, mas nós aqui não acreditávamos muito, ele sempre que cá vinha trazia ainda pior aspecto...aquilo devia andar lá por Lisboa onde há mais droga, sei lá, é que lá já ninguém repara...eles são todos iguais, aqui toda a gente fala...foi uma vergonha para aquela família, agora eles andam à vontade.

Esta história, no contexto da conversa, serve como exemplo para justificar a opinião da falante de que «os consumidores ricos dão cabo da fortuna dos pais». Foi seleccionada por ser claramente preconceituada e por nela se argumentar persuasivamente a favor de várias opiniões nega-

penas; encontramos também expressa, embora ainda com pouco relevância, a opinião que as autoridades favorecem injustamente os toxicodependentes em matéria de apoio à saúde em detrimento de quem realmente precisa. Este tipo de ressentimentos introduzem no conflito intergrupala uma dimensão de competição por recursos escassos tal como o acesso à saúde. Note-se que as entrevistas foram realizadas no momento em que nos *media* se fazia circular as notícias do aumento da prescrição de metadona, das modificações introduzidas no Casal Ventoso em termos de serviços de apoio social e médico, e da eventualidade de introduzir a heroína sob a forma de prescrição médica em casos extremos. No mesmo momento encontramos formulado na imprensa de qualidade protestos e opiniões sobre os perigos de uma discriminação positiva face aos consumidores («O crime pode compensar?» *Expresso*, 1 de Maio de 1999, pp. 13). Por parte dos grupos com instrução secundária e superior as opiniões são mais divergentes, embora não saiam do discurso de mais Estado, mais família, mais escola, mais sociedade, mais recuperação. Apenas uma senhora de meia idade e com formação superior expressa a opinião que a repressão agrava os problemas.

tivas estereotipadas desenvolvidas em torno de alegadas características pessoais e físicas que se assumem estar inerentemente ligadas à diferença fundamental de natureza cultural, que é o uso de droga: «eles têm que se drogar de qualquer maneira», que implica a opinião de que «eles não têm auto-controlo»; «eles arrastam-se uns aos outros», ou seja, «eles não têm força de vontade, eles contaminam»; «eles roubam os pais», ou seja, «eles são desonestos»; «eles têm mau aspecto», e «eles são todos iguais». Note-se que a diferença «uso de droga» tende mais uma vez a ser exagerada e polarizada, tomando-se como sendo típico do outro grupo como um todo o comportamento do «volta sempre». É a figura do «volta sempre» que leva a senhora a lamentar implicitamente todo o dinheiro que os pais do vizinho gastaram em centros de recuperação. Na base dessa posição estão julgamentos de superioridade já que se assume que «quem se mete» deixa de ter direitos aos cuidados da família. Na ideologia dominante da família nas culturas ocidentais, a dependência ou a doença implica a probabilidade da oferta de apoio que é percebido como uma combinação de afecto e obrigação. O custo dos cuidados prestados pela família sejam financeiros, práticos ou emocionais, é algo que não deve ser quantificado (Hockey e James 1993: 127). Só que «o volta sempre» não é visto como sendo um doente de verdade, igual ao «doente crónico normal» e, por isso, os custos envolvidos na sua recuperação podem servir para justificar que ele seja tratado como um elemento da família de segunda. O extracto que a seguir apresentamos, retirado de outra entrevista, mostra como as narrativas que se contam sobre «o volta sempre» podem servir também para se fazerem recomendações sobre a melhor maneira da família lidar com eles.

(Homem, mais de 50 anos, juiz)

(...) quem tiver conhecimento de famílias com drogados sabe o verdadeiro inferno que vivem essas famílias...desde os irmãos, primos, é um verdadeiro inferno, eles arrastam toda a gente, aquilo é uma doença global e chega a uma altura que a pessoa tem de por termo aquilo, não queres entrar no caminho, porque há pessoas que gastam verdadeiras fortunas com curas, na tentativas de curas e já não resulta, se queres anda nessa vida, pronto, deixa-te andar, acaba com ele. Porque eu ouvi comentários de pais que preferiam ver os seus filhos mortos do que naquela vida porque já não há solução prá eles, não pode arrastar toda uma família com eles. Se já não há bóia, a âncora que mergulhe sozinha, que não nos arraste, não é?

Colocar os indivíduos fora da protecção da família é pô-los fora da família humana, é desumanizá-los, é tornar o actor num objecto. Nas nossas entrevistas «àqueles que andam na droga» não é dado um lugar na família, ou, quando isso acontece, é no papel de inimigo.

Conclusão

A análise de algumas das histórias narradas nas nossas entrevistas e das fontes de informação e de opinião sobre consumidores referenciadas pelos falantes permite concluir que na fala sobre consumidores é permitido dizer tudo, desde que seja negativo. São negativas as suas alegadas diferenças pessoais; é negativa a sua alegada vida familiar e posição sócio-económica, o seu aspecto físico, a sua existência, as nossas relações com eles. Essas diferenças negativas estereotipadas são construídas como fonte de ameaças para as nossas normas e valores: para a propriedade privada pessoal, para a propriedade produtiva da sociedade, para o trabalho, a segurança, a juventude, a família, o respeito pela lei, a liberdade individual, a autonomia e a auto-contenção. Isto significa que se representam os indivíduos que usam drogas ilegais como fazendo parte de um grupo que não é o nosso, que é diferente de nós, e com o qual temos relações conflituosas. Na construção desse conflito são sobretudo sublinhados os perigos que a sua presença e o seu número crescente colocam aos nossos interesses sócio-económicos e sócio-culturais. Na base do conflito estão sentimentos de superioridade dissimulados que levam à desumanização e desindividuação dos consumidores necessárias à manutenção dos privilégios e do poder dos que se apresentam como sendo as suas vítimas. Vimos também que a narração de episódios verídicos é uma estratégia discursiva essencial na (re)produção da distinção e da exclusão dos consumidores enquanto grupo da sociedade dominante. O retrato que aí se oferece do jovem branco, fisicamente degenerado, sem trabalho e sem família, que vive na e da rua e do roubo, escravo da heroína, sem força de vontade, preguiçoso, desonesto, irresponsável, e agressivo é um argumento central na justificação do tratamento discriminatório que é dado aos indivíduos identificados como sendo membros do grupo dos que se drogam. E assim na manutenção dos sentimentos de superioridade que derivam da mera identificação com o grupo dos que não se drogam, e com a ideologia anti-droga que sustenta essa identificação.

REFERÊNCIAS

- ACKERMANN, W.; DULONG, R.; JEUDY, H-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- AGRA, C. da e FERNANDES, L. (1993) «Dispositivos da droga. A experiência portuguesa» in Agra, C. da e Fernandes, L., *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Radicário. pp. 29-53.
- ANTAKI, C. (1994) *Explaining and arguing. The social organization of accounts*. Sage: London.
- ALBEE, G. (1988) «Towards a just society: lessons from observations on the primary prevention of psychopathology» in G. Albee, Jaffe J. e Dusemburg, L. (eds), *Prevention, powerlessness and politics. Readings on social change*. London: Sage. pp. 540-556.
- BAKALAR, J. e GRINSPOON, L. (1984) «The meanings of addiction and dependence» in James Bakalar e Lester Grinspoon, *Drug control in a free society*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. pp. 35-67.
- BANGE, P. (1987) «A propos de la structure de l'interaction: la reciprocité des motivations» in B. Conein, Michel de Fornel e Louís Queré (eds.), *Les formes de la conversation*. Paris: Enet. pp. 51-68.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. (1998) *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. (16.ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- BEN-YUDA, N. e GOODE, E. (1994) *Moral panics. The social construction of deviance*. Oxford: Blackwell.
- BRISLIN, R. (1986) «Prejudice and intergroup communication» in Gudykunst, B. (ed.), *Intergroup communication*. London: Edward Arnold Publishers. pp-74-86.
- CLINARD, M. B. e MEIER, R. (1992) «Drug use and addiction» in Clinard, M. B. e Meier, R., *Sociology of deviant behavior*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich College Pub. Cap. 8.
- CLOYD, J. (1985) *Drogas y control de informacion. El rol del hombre en la manipulacion y el control del tráfico de drogas*. Buenos Aires: Ed. Tres Tiempos.
- COELHO, M. Z. (1998) «Campanhas anti-droga e moralização do jovem criminoso», *Revista do Ministério Público*, n.º 75: 101-114.
- COHEN, S. (1982) *Folk devils and moral panics* (2.ª ed.rev.). Oxford: Robertson.
- CONRAD, P. e Schneider, J. W. (1992) *Deviance and medicalization. From badness to sickness*. (2.ª ed. rev.). Philadelphia: Temple Univ. Press.
- DAVIES, J. B. (1992) *The myth of addiction. An application of the psychological theory of attribution to illicit drug use*. Glasgow: Harwood Ac. Pub.
- DYER, R. (1993) *The matter of images. Essays on representations*. London: Routledge.
- DUMONT, M. (1977) «The politics of drugs» in Rock, P. (ed.), *Drugs and politics*. New Jersey: Transaction Books. pp. 251-260.
- DUSTER, T. (1970) *The legislation of morality: law, drugs, and moral judgment*. New York: Free Press.
- EDELMAN, M. (1977) *The political language: words that succeed and policies that fail*. New York: Academica Press.
- ELIAS, N., e SCOTSON, J. L. (1994) *The established and the outsiders* (2.ª ed.) London: Sage.
- FABRE, G. (1993) «Conflits d'imaginaires en temps d'epidemie», *Communications*, Peurs, n.º 57: 43-71.

- FERNANDES, L. (1995) «O sítio das drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos», *Toxicodependências*, n.º 2: 22-29.
- FERNANDES, Luís (1999) *O Sítio das Drogas*. Lisboa: Notícias Editorial.
- FAIRCLOUGH, N. e WODAK, R. (1997) «Critical discourse analysis» in T.A. van Dijk (ed.), *Discourse as social interaction. Discourse studies: a multidisciplinary introduction* (vol. 2). London: Sage. pp. 258-285.
- FORT, J. (1971) «Marijuana, drugs, trivia and the new barbarians» in Clinton Brown e Charles Savage (eds.), *The drug abuse controversy*. Baltimore: Nat. Educ. Cons. pp. 61-69.
- FOUCAULT, M. (1971) *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1976) «Le discours ne doit pas être pris comme...» in Defert, D. e Ewald, F. (dir.), *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. pp. 123-124.
- FOUCAULT, M. (1994) *História da sexualidade: a vontade de saber* (vol. 1) Lisboa: Relógio de Água. pp. 95-133.
- FOWLER, R. (1991) *Language in the news. Discourse and ideology in the press*. London: Routledge.
- FRASER, N. (1989) *Unruly practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Cambridge: Polity Press.
- GEIS, M. (1995) *Speech acts and conversational interaction*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- GOFFMAN, E. (1983) *A representação do eu na vida quotidiana* (2.ª ed.). Petrópolis: Ed. Vozes. (trad. brasileira do original em inglês, *The presentation of self in everyday life* (1959)).
- GONÇALVES e COELHO (1993) «Imprensa e drogas. A toxicodependência no discurso jornalístico», *Cadernos do Noroeste*, vol. 5, n.º 1-2: 225-243.
- GOODE, E. (1993) *Drugs in american society* (4.ª ed.). New York: Mc-Graw-Hill, Inc.
- GOSSOP, M. (1987) «Junkie myths» in J. Gossop, *Living with drugs* (2.ª ed.). London: Wildwod House. pp. 47-60.
- GRINSPOON, L. e Bakalar, J. (1995) *Marijuana. La medicina prohibida*. Barcelona: Paidós.
- GUSFIELD, J. R. (1981) *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- GUSFIELD, J. R. (1963) *Symbolic crusade: status politics and the American Temperance Movement*. Urbana: Univ. of Illinois Press.
- HAMILTON, R. (1984) «The role of language in the creation and transmission of social representations» in S. Moscovici e R. Farr (eds) *Social representations*. Cambridge: Cambridge Univ. Press. pp. 331-359.
- HAMILTON, D.; Gibbons, P.; Stroessner, S.; Sherman, J. (1992) «Stereotypes and language use» in G. R. Semin e K. Fiedler (eds), *Language, interaction and social cognition*. London: Sage. pp. 102-130.
- HARDING, G. (1998) «Pathologising the soul: the construction of a 19th century analysis of opiate addiction» in Coomber, R. (ed.), *The control of drugs and drug users. Reason or reaction?* Amsterdam: Harwood Academic Publishers. pp 1-12.
- HELMER, J. (1975) *Drugs and minority oppression*. New York: Seabury Press.
- HERZFELD, M. (1992) «La pratique des stéréotypes», *L'Homme* 121, Janvier-Mars, XXXII (1): 66-77.

- HEWSTONE, M. (1989) *Causal Attribution: from cognitive processes to collective belief*. Oxford: Blackwell.
- HIMMELSTEIN, J. (1983) *The strange career of marihuana. Politics and ideology of drug control in America*. Westport: Greenwood Press.
- HINDESS, B. (1996) *Discourses of power. From Hobbes to Foucault*. London: Blackwell.
- HOCHEY, J. e JAMES, A. (1993) *Growing up and growing old. Ageing and dependency in the life course*. London: Sage.
- JACOBSON, R. e ZINBERG, N. (1975) *The social basis of drug abuse prevention*. Drug Abuse Council, Inc. sss.:1/75.
- KAPLAN, J. (1970) *Marijuana. The new prohibition*. London: Penguin.
- LART, R. (1998) «Medical power/Knowledge: the treatment and control of drugs and drug users» in Coomber, R. (ed.), *The control of drugs and drug users. Reason or reaction?* Amsterdam: Harwood Academic Publishers. pp 49-68.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986) *L'implicite*. Paris: Armand Colin.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1995) *Les interactions verbales* (2.^a ed., vol. I.). Paris: Armand Colin.
- LAKOFF, R. (1990) *Talking power. The politics of language*. New York: Basic Books.
- LENSON, D. (1995) *On drugs*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MOSCOVICI, S. (1993) «La crainte du contact», *Communications*, Peurs, n.º 57: 35-43.
- MUSTO, D. (1973) *The american Disease: origins of narcotic control*. New Haven: Yale University Press.
- OCHS, E. (1997) «Narrative» in Teun van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process. Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (vol. 1). London: Sage. pp. 185-208.
- PEARSON, G. (1992) «The role of culture in the drug question» in Lader, M. e Griffith, E., *The nature of alcohol and drug related problems*. Oxford: Oxf Univ. Press. pp. 110-130.
- PERRIN, M. (1993) «Anthropos» in Hervieu, J., Debourg, A., Henrion, J., Petit, P., Prique, A. (dir.), *L'esprit des drogues. La dépendance hors la loi ?*. Paris: Ed. Autrement. pp 56-67.
- POIARES, Carlos (1993) «A nova lei da droga: em busca de uma postura jurídico-psicossociológica da toxicodependência». Texto de um Seminário promovido pelo ex-Gabinete do Planejamento e da Coordenação do Combate à Droga.
- POLANY, L. (1985) «Conversational Storytelling» in van Dijk (ed.), *Handbook of Discourse Analysis. Discourse and Dialogue* (vol. 3). London: Academic Press. pp. 183-201.
- QUASTHOFF, U. (1989) «Social prejudice as a resource of power: towards the functional ambivalence of stereotypes» in Ruth Wodak (ed.), *Language, power and ideology*. Amsterdam: Benjamins. pp. 180-196.
- RAPPAPOORT, J. (1986) «In praise of paradox» in Seidman, Ed. e Rappaport, J. (eds), *Redefining social problems*. London: Plenum Press. pp: 141-162.
- REEVES, J. e CAMPBELL, R. (1994) *Cracked coverage. Television news, the anti-cocaine crusade, and the Reagan legacy*. London: Duke Univ. Press.
- REINARMAN, C. e LEVINE, H. (1995) «The crack attack: America latest drug scare, 1986-1992» in Joel Best, *Images of issues. Typifying contemporary social problems*. (2.^a ed.). New York: Aldine de Gruyter. pp 123-145.

- RIGGINS, S. H. (1997) (ed.) *The language and politics of exclusion. Others in discourse*. London: Sage.
- ROBERTSON, A., ZINBERG, N. J. (1972) *Drugs and the public*. New York: Ed. Simon and Schuster.
- ROJO, L. e GALLEGO, J. (1997) «Argumentação e inibição: o sexismo no discurso dos executivos espanhóis» in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho. pp 313-353.
- SCHUR, Ed. (1965) «Drug addiction» in Edwin Schur, *Crime without victims. Deviant behavior and public policy. Abortion, homosexuality and drug addiction*. New Jersey: Prentice Hall. pp 120-170.
- STEPHENS, R. (1991) *The street addict role*. New York: State University of New York.
- TAJFEL, H. (1981) «Social stereotypes and social groups» in J. C. Turner e H. Giles (eds), *Intergroup behaviour*. Oxford: Blackwell. pp 144-167.
- TAJFEL, H. e TURNER, J. (1986) «The social identity theory of intergroup behavior» in S. Worchel e W. Austin (eds), *Psychology of intergroup relations* (2.^a ed). Chicago: Nelson-Hall. pp. 7-24.
- VALENTIM, A. (1997) «A construção social do problema-droga em Portugal: alguns dados sobre a evolução recente», *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 25: 81-102.
- VAN DIJK, T. A. (1987) *Communicating Racism. Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. London: Sage.
- VAN DIJK, T. (1992) «Discourse and the denial of racism» in *Discourse & Society*, vol. 3(1): 87-118.
- VAN DIJK, T. (1993) «Stories and racism» in Denis Mumby (ed.), *Narrative and social control*. Sage: London. pp. 121-143.
- VAN DIJK, T.A. (1997) «Discourse as Interaction in Society» in T.A. van Dijk (ed.), *Discourse as Social Interaction. Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (Vol. 2). London: Sage. pp 1-37.
- VAN DIJK, T. A. (1998) *Ideology. A multidisciplinary approach*. London: Sage.
- VAN LEEUVEN, T. (1997) «A representação dos actores sociais» in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva socio-política e funcional*. Lisboa: Caminho. pp. 169-222.
- WINDISCH, U. (1982) «L'explication causale dans la vie quotidienne» in U. Windisch, *Pensée sociale. Language en usage et logiques autres*. Lausanne: Ed. L'Âge de L'Homme. pp. 23-41.
- YOUNG, J. (1971) «The social reaction agains drug takers» in Jock Young, *The drug takers. The social meaning of drug abuse*. London: Paladin. pp 94-123.
- ZINBERG, N. J. (1984) *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. New Haven.: Yale Univ. Press.